



OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA
MENSAL

Fundada em 1938

 N.º 152 

VOLUME XXXIX

DEZEMBRO, 1950



DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR — ÁLVARO PINTO
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO — TIP. DA EDITORIAL IMPÉRIO, L.^{DA} — LISBOA



O impresso que causa boa impressão..

é sempre um elemento valioso para a firma que o utiliza. Gravuras bem cuidadas por técnicos sabedores, e bem impressas por impressores experimentados, sobre qualidades de papéis escolhidas para cada caso especial, por pessoal competente, eis a fórmula e o segredo dos impressos que causam boa impressão. Eis o segredo de

BERTRAND (IRMÃOS), L.^{DA}

T. DA CONDESSA DO RIO, 7 - TELEF. P. B. X. 21227-21368-32574 - LISBOA

ENCADERNAÇÕES
EM TODOS OS GÉNEROS
PERFEIÇÃO INEXCEDÍVEL

Frederico
d'Almeida

ENCADERNADOR
FUNDADOR DA OFICINA
DE ENCADERNAÇÃO
A CARMELITA

OFICINA :

R. António Maria Cardoso, 31
(ao Chiado)

Telef. 20107

LISBOA

A
COVINA

PRODUZ QUASE O DOBRO

DA CHAPA MECÂNICA

DE VIDRO

QUE É CONSUMIDA

NA METRÓPOLE

E NAS COLÓNIAS

C. P.

ANO SANTO

VIAGENS PARA ROMA
a preços reduzidos

O CAMINHO DE FERRO
concede redução aos portadores da
CARTA DE PEREGRINO
tanto em viagens INDIVIDUAIS
COMO EM GRUPO

DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR:
ÁLVARO PINTO
GERENTE: MARIA
AMÉLIA M. DE AZEVEDO PINTO

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA MENSAL
FUNDADA EM 1938
SAI NO DIA 1 DE CADA MÊS

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: R. DE S. FELIX, 41-1.º DT.º — OFFICINAS: EDITORIAL IMPÉRIO, LDA, R. DO SALTRE, 155, 1.º — LISBOA

SUMÁRIO DO N.º 152 / VOLUME XXXIX / DEZEMBRO DE 1950

A. A. MENDES CORREIA — «O Colóquio de Washington» — Pág. 253/256.

«Em Prol da Cultura» — XII — Pág. 257/260.
EZEQUIEL DE CAMPOS — «Problemas de hoje — No alvor da segunda metade do Século XX» — Pág. 261/264.

D. JOÃO DE CASTRO — «A voz de Roma» — Pág. 265/268.

RODRIGUES CAVALHEIRO — «Sob a Invocação de Clío — Os Portugueses e a Epistolografia» — Pág. 269/272.

JOAQUIM LOPES — «Notas de Arte — O primeiro centenário do nascimento de Silva Porto» — Pág. 273/277.

AUGUSTO MORENO — «Consultório linguístico» — Pág. 278/280.

BIBLIOGRAFIA

JOÃO DE CASTRO OSÓRIO — Livros Ingleses — XI — ('Introducing Chaucer', de Norman G. Brett-James; 'The Canticle of the Rose', de Edith Sitwell) — Pág. 281/285.

Outras notas — (Edições da Agência Geral das Colónias; 'A jazida pré-histórica de Eire Pedrinha (Condeixa)', de A. Mendes Correia e Carlos Teixeira; 'Intus et Extra', de Américo Pires de Lima; 'Hoje, Ontem, Amanhã...', de João de Barros; 'Alvorada de

Agosto' e 'Júlio César Machado' de Luís Teixeira) — Pág. 286/289.

Revistas recebidas — Pág. 289/290.

ÁLVARO PINTO — «Notas e Comentários» — Pág. 291/292.

ILUSTRAÇÕES

Condução do Rebanho — por SILVA PORTO — Pág. 260/A.

A Tigela partida — por SILVA PORTO — Pág. 260/B.

Seara — por SILVA PORTO — Pág. 276/A.

D. António Caetano de Sousa — de Autor desconhecido — Pág. 276/B.

Medalha comemorativa do 1.º centenário do Nascimento de Silva Porto — pelo Escultor JOÃO DA SILVA — Pág. 277.

SUPLEMENTOS

RUI GALVÃO DE CARVALHO — «Antero Vivo» — Continuação — Pág. 177/192.

VENTURA LEDESMA ABRANTES — «O Património da Sereníssima Casa de Bragança em Olivença» — Continuação — Pág. 113/128.

«Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mesitrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos» — com prefácio de JOSÉ DA CUNHA SARAIVA — Pág. 1/16.

ASSINATURA

Portugal — 6 meses 95\$00; Ano 180\$00
Colónias portug. e Espanha ... > 190\$00
Brasil > 180 cr.
Estrangeiro, dollars U. S. > \$ 10.00

Com direito aos números especiais

NÚMERO AVULSO

Portugal 17\$50
Colónias portug. e Espanha 18\$00
Brasil 17,5 cr.
Estrangeiro, dollars U. S. A. \$ 0.90

Números atrasados (1/108) — 15\$00

REVISTA DE PORTUGAL — SÉRIE A — LÍNGUA PORTUGUESA
FUNDADA EM 1942

Publicados os n.ºs 1 a 89 — cada fascículo 17\$50 — Assinatura de 10 números — 150\$00

DIRECTOR — ÁLVARO PINTO

ADQUIRA A 2.ª EDIÇÃO DO N.º 1 (MAIO DE 1938) — 152 PÁGINAS — 30 ESCUDOS



Companhia Nacional de Navegação

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa nas carreiras de África
Sede—R. do Comércio, 85—Lisboa ● Sucursal—R. Infante D. Henrique, 73—Porto
Serviço rápido de passageiros e carga para a África e América do Norte

FROTA DA C. N. N.

Navios de passageiros em serviço	Tons. D. W.	Tons. deslocamento	Navios de carga em serviço	Tons. D. W.	Tons. deslocamento
Moçambique	9.423	18.220	Sofala	12.145	18.520
Angola	9.550	18.250	Moçâmedes	9.120	12.990
Nyassa	9.130	17.442	Rovuma	9.120	12.990
Quanza	6.230	11.550	S. Tomé	9.050	12.550
India	7.000	11.400	Nacala	3.370	5.130
Timor	7.000	11.400	Tagus	1.630	2.320
Chinde	1.475	2.700	Angoche	1.240	1.950
Luabo	1.805	3.030	Em construção:		
Zambézia	1.857	3.538	Save		
Lúrio	1.857	3.538			

Agências em todos os portos africanos e nos principais portos do Mundo

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

NOTAS VICENTINAS

Preliminares duma Edição
Crítica das Obras de Gil Vicente

NOTAS I a V

incluindo a Introdução à
edição facsimilada do
Centro de Estudos Históricos
de Madrid

1 volume de 664 páginas, 22
facsímeis e extensos Índices 150\$00
Edição especial numerada de
1 a 100 180\$00

EDIÇÃO DE 'OCIDENTE'

GONZAGA E A JUSTIÇA

Confrontação de Baltazar
Gracián e Tomás António
Gonzaga

Um argumento novo sobre a autoria
das '*Cartas Chilenas*'

por

João de Castro Osório

1 volume de 80 páginas — 15\$00

EDIÇÃO DE 'OCIDENTE'

MALA REAL INGLESA

(ROYAL MAIL LINES, LIMITED.)

AGENTES EM LISBOA:

JAMES RAWES & Cº LTD. e E. PINTO BASTO & C.ª, Lda.

m/v HIGHLAND MONARCH	3 Dez.º	VIGO E LONDRES	Passageiros de 1.ª e 3.ª classes, carga geral e de frig.	E. PINTO BASTO & C.ª, Lda. Av. 24 de Julho, 1, 1.º Telefone 31581 (7 linhas)
s/s DESEADO	5 Dez.º	RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEU E BUENOS AIRES	Carga geral e de frigorífico	JAMES RAWES & Cº, LTD. Rua Bernardino Costa, 47, 1.º Telefones 23232-3-4
s/s ALCANTARA	12 Dez.º	LAS PALMAS, RECIFE, BAÍA, RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEU E BUENOS AIRES	Passageiros de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, carga geral e de frig.	
m/v HIGHLAND PRINCESS	13 Dez.º	LAS PALMAS, RIO DE JANEIRO, SANTOS, MONTEVIDEU E BUENOS AIRES	Passageiros de 1.ª e 3.ª classes, carga geral e de frig.	E. PINTO BASTO & C.ª Lda. Av. 24 de Julho, 1, 1.º Telefone 31581 (7 linhas)
s/s ANDES	18 Dez.º	CHERBOURG E SOUTHAMPTON	Passageiros de 1.ª e 2.ª classes e carga geral	JAMES RAWES & Cº, LTD. Rua Bernardino Costa, 47, 1.º Telefones 23232-3-4
m/v HIGHLAND BRIGADE	24 Dez.º	VIGO E LONDRES	Passageiros de 1.ª e 3.ª classes, carga geral e de frig.	E. PINTO BASTO & C.ª, Lda. Av. 24 de Julho, 1, 1.º Telefone 31581 (7 linhas)

DICIONÁRIO COROGRÁFICO

De Portugal Continental e Insular

Arqueológico, Biográfico, Etimológico, Heráldico, Hidrográfico, Histórico e Orográfico

Por AMÉRICO COSTA

Esta obra de ilimitada utilidade, coordenada por especialistas e da qual a Livraria Civilização tomou o encargo de prosseguir na sua publicação, abrange todo o

CONTINENTE, MADEIRA E AÇORES

Distritos, cidades, concelhos, vilas, freguesias, povoações, aldeias, lugares, herdades, quintas, casais, granjas, praias, portos, faróis, rios, ribeiros, montes, serras, matas, lagoas, termas, cabos, fontes, minas, castelos, praças, fontes minerais, monumentos nacionais, igrejas, capelas, mosteiros, ruas, travessas, becos e largos das principais cidades; serviços telegrafo-postais, ferroviários, hidráulicos, eléctricos, transportes, automóveis, turismo, fastos, epopeias, varões ilustres, lendas, etc., etc.

Consta de 12 volumes, com cerca de 15.000 páginas, centenas de gravuras, mapas e brasões referentes a cada um dos concelhos do Continente, Madeira e Açores.

Custa, completo e encadernado, capa de percalina Esc. 2.800\$00;

capa de percalina com lombada de carneira Esc. 2.920\$00

O Dicionário Corográfico não será reimpresso

Completamos colecções fornecendo mapas, cadernos, fasciculos ou volumes em falta

Vendas a pronto pagamento ou por pagamentos suaves

Pedidos de esclarecimentos à LIVRARIA CIVILIZAÇÃO — Rua do Almada, 107 — PORTO — PORTUGAL

Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Agentes em Lisboa: COMPANHIA UNIÃO FABRIL (Secção Marítima)
Rua do Comércio, 39 — Telefone 30551

FROTA

n/m «Africa Ocidental»	1.504 Ton.	n/m «Colares»	1.376 Ton.
n/m «Alcobaça»	9.437 »	n/m «Conceição Maria»	2.974 »
n/v «Alcoutim»	10.526 »	n/m «Corucho»	1.376 »
n/m «Alfredo da Silva»	5.500 »	n/v «Costeiro»	900 »
n/m «Alexandre Silva»	2.974 »	n/v «Costeiro Segundo»	490 »
n/m «Alemquer»	9.437 »	n/m «Costeiro Terceiro»	1.426 »
n/v «Alferrarede»	2.118 »	n/m «Covilhã»	1.376 »
n/m «Almeirim»	9.437 »	n/v «Cunene»	9.800 »
n/v «Amarante»	12.595 »	n/v «Foca»	2.018 »
n/m «Ambrizete»	9.100 »	n/v «Inhambane»	9.619 »
n/m «Andulo»	9.100 »	n/v «Luso»	10.125 »
n/m «António Carlos»	2.974 »	n/v «Maria Amélia»	3.005 »
n/m «Arraiolos»	9.437 »	n/v «Mello»	6.253 »
n/m «Belas»	7.100 »	n/v «Mirandella»	7.000 »
n/m «Borba»	7.145 »	n/m «São Macário»	1.221 »
n/m «Braga»	7.110 »	n/v «Saudades»	6.430 »
n/m «Bragança»	7.110 »	n/v «Silva Gouveia»	1.353 »
n/m «Cartaxo»	1.376 »	n/v «Zé Manel»	1.220 »

TOTAL: 186.415 TONELADAS

Rebocadores — «Africa», «Cintra», «Estoril», «Freixo», «São Cristóvão», «Soure»

Lanchas a motor — «Garota», «Bolhões», «Obidos», «Maquela», «Carocha»

34 Batelões (19 de 500 ton., 13 de 400 ton. e 2 de 250 ton.); 24 Fragatas (2.150 ton.); 1 Barca de água (250 ton.)
e 1 Draga «Barreiro» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m3 cada

Em construção nos estaleiros da C. U. F.: 2 Navios de 5.500 ton. para 35 passageiros e carga, cada um;

2 Rebocadores de 1.200 ton. cada um

Carreiras de Lisboa para: Norte de Europa — Norte de África — Cabo Verde — Guiné — Angola — Argentina

— Chile — Estados Unidos — Terra Nova — Groenlândia e Costa de Portugal

Importante — A Companhia que mais navios tem ao seu serviço construídos em Portugal nos estaleiros da Companhia União Fabril no Barreiro e Lisboa

ACABA DE SAIR

UMA NOVA EDIÇÃO DE

O HISSOPE

Poema herói-cómico em
8 cantos

Reprodução de um manuscrito inédito do Século XVIII, com prefácio e anotações do Professor José Pereira Tavares

1 volume de 192 páginas — 25,000

EDIÇÃO DA 'REVISTA DE
PORTUGAL' — LISBOA

Novidade literária da
maior oportunidade

SEBASTIÃO MORÃO CORREIA

QUAL SERÁ O DESTINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ÍNDIA?

1 volume de 72 páginas — 15,800

EDIÇÃO
DA 'REVISTA DE PORTUGAL'



O PNEU QUE POSSUI
GRANDE PODER DE
ACÇÃO-TRACÇÃO, DE-
VIDO À CONCEPÇÃO
ESPECIAL DA SUA
SUPERFÍCIE DE RO-
DAGEM

SQUEEGEE

Carolina Michaëlis de Vasconcelos

LIÇÕES DE
FILOLOGIA

Seguidas das

Lições Práticas de Por-
tuguês Arcaico

A venda o 2.º Milhar



1 volume de 430 páginas — 80,000

EDIÇÃO DA 'REVISTA DE
PORTUGAL' — LISBOA

Introdução ao
Estudo da
FILOLOGIA
PORTUGUESA

por

Manuel de Paiva Boléo

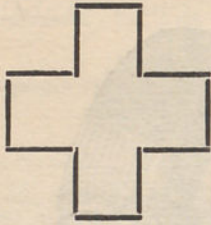
PROFESSOR DE FILOLOGIA PORTUGUESA NA
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

A venda o 2.º Milhar



1 volume de 160 págs. — 20,000

EDIÇÃO DA
'REVISTA DE PORTUGAL'



SELOS

da

Cruz Vermelha Portuguesa

Aplique sempre na sua correspondência um selo da Cruz Vermelha Portuguesa, Instituição das mais nobres e beneméritas.

Os selos vendem-se na sede da Cruz Vermelha — Palácio do Conde de Óbidos
Jardim 9 de Abril — Lisboa

Novidades literárias

HERBERT PALHANO

A Expressão léxico-gramatical do 'Leal Conselheiro'

2.^a edição

Com prefácio de João Leda
1 volume de 184 páginas e o retrato de D. Duarte — 20\$00

RUI GALVÃO DE CARVALHO

Antero de Quental e a Mulher

1 vol. de 60 págs. e 4 ilustrações — 15\$00

FERNANDA DE CASTRO

SORTE

Romance premiado no concurso das Casas do Povo

Capa de Inês Guerreiro

1 vol. de 232 págs. — 20\$00

Edições da Revista 'Ocidente'

I. XAVIER FERNANDES

Questões de Lingua Pátria

1.^o volume (2.^a edição) com 232 páginas 25\$00
2.^o volume com 256 páginas 25\$00

JÚLIO DE LEMOS

Pequeno Dicionário luso-brasileiro de Vozes de Animais

1 volume de 160 páginas — 20\$00

*O Elogio do Contista
Trindade Coelho*

1 vol. de 56 páginas — 15\$00

HARRI MEIER

*Ensaios de Filologia
Românica*

1 volume de 260 pág. — 30\$00
Edição especial — 50\$00

JOAQUIM DE CARVALHO

*Os Sermões de Gil Vicente
e a Arte de Pregar*

1 volume de 88 pág. — 15\$00

AFONSO ÁLVARES

Auto de Santo António

Prefácio, Notas e Glossário do Prof. Almeida Lucas

1 volume de 80 pág. — 12\$50

EDIÇÕES DE 'OCIDENTE' E DA
'REVISTA DE PORTUGAL'

Companhia Colonial de Navegação

SERVIÇO DE CARGA E PASSAGEIROS

Carreiras regulares para: Cabo Verde, Guiné, África Ocidental e Oriental, Brasil e América do Norte

Frota da Companhia em serviço e em construção

<i>Paquetes:</i>	Deslocamento Toneladas	Porte bruto Toneladas	<i>Navios de carga:</i>	Deslocamento Toneladas	Porte bruto Toneladas
«Pátria» (n. t.)	19.173	10.943	«Benguela» (n. m.)	12.303	9.347
«Império» (n. t.)	19.173	10.943	«Lugela» (n. t.)	12.250	8.340
«Mouzinho»	14.150	8.200	«Pungue»	8.750	6.356
«Serpa Pinto»	13.020	5.412	«Lobito»	5.970	4.278
«Guiné»	6.130	3.250	«Pebane»	4.105	2.797
			«Quionga»	4.105	2.770
			«Lunda»	4.105	2.778
			«Chaimite»	3.200	2.000
<i>Navios de carga:</i>			«Nampula»	3.200	2.000
«Luanda» (n. m.)	13.790	9.820	«Búzi»	3.080	2.062
«Ganda» (n. m.)	13.114	9.419	«Sena»	2.458	1.700
«Amboim» (n. m.)	13.114	9.419			

Rebocadores: «Monsanto», (n. m.), 850; «Oceânia», 350; Mafra, (n. m.), 310; «Mutela», (n. m.), 210; «Náuticos», 200; «Catembe», 120; «Príncipe», 100. Total 2.040 toneladas de deslocamento. Além dos rebocadores, a Companhia possui o seguinte material auxiliar: 12 lanchas-motor, 8 batelões de alto-mar, 247 batelões de tráfego local, com um deslocamento de 15.000 toneladas e com um porte útil total de carga de 10.962 toneladas.

Escritórios: LISBOA — R. de S. Julião, 63 — Tel. 30131 a 30138 — PORTO — R. Infante D. Henrique, 9 — Tel. 23342

GRAHAM'S PORT

À venda nos melhores Hotéis, Bars
e Restaurantes do País

DISTRIBUIDORES

CASCAES — *Estabs. J. Paulino d'Almeida, Lda.*

COIMBRA — *M. Alves Sereno*

FIGUEIRA DA FOZ — *Agência Central de Representações*

LISBOA — *José Luís Simões*

PORTO — *Daniel Lapa*

AGENTES

Guilherme Graham Jr. & C.^a

LISBOA

PORTO

Livraria Luso-Espanhola, Lda.

Telefone 24917

RUA NOVA DO ALMADA, 88

L I S B O A

Rua do Carmo, 20-A, 1.º
Telefone 24076 — Porto

Rua da Sofia, 78-1.º
Telef. 2799—Coimbra

LIVROS DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

RODOLFO LEHMANN — Introducción a la Filosofia	40\$00
JULIAN MARIAS — Introducción a la Filosofia	140\$00
ELIAS TORMO Y MONZÓ — Mis Confesiones Filo- sóficas	100\$00
AUGUSTO MESSER — Psicologia	120\$00
ARSENIO PACIOS LOPEZ — Filosofia de la Edu- cación	85\$00
HEINZ WERNER — Psicologia Evolutiva	105\$00
HENRI DELACROIX — El Niño y el Lenguaje	32\$00
AUGUSTO MESSER — Filosofia y Educación	32\$00
ROSA MARIN CABRERO — Pedagogia del Evangelio	84\$00
DR. E. CLAPAREDE — Psicologia del Niño	45\$00
MAX SCHELER — Sociologia del Saber	80\$00
M. BARBADO O. P. — Estudios de Psicologia Expe- rimental	220\$00
WILHELM DILTEY — Introducción a las Ciencias del Espiritu	96\$00
WILLIAM STERN — Psicologia y Pedagogia de la Adolescencia	40\$00
ETIENNE GILSON — La Filosofia en la Edad Media	75\$00

O «COLÓQUIO»

DE WASHINGTON

Por A. A. MENDES CORREIA

Quis amavelmente a direcção de '*Ocidente*' incumbir-me da representação desta revista no *Colóquio* de Estudos Luso-Brasileiros, que se realizou em Washington de 18 a 22 de Outubro último, por iniciativa da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e do Instituto de Estudos Luso-Brasileiros da Universidade Vanderbilt. Foi este *Colóquio* um dos números mais importantes com que a Biblioteca referida comemorou o seu 150.º aniversário ocorrido no presente ano.

A Imprensa diária e a Rádio deram variados relatos do modo como se passaram os trabalhos e cerimónias da importante reunião. Não vou renovar essas descrições, mas sinto-me no grato dever de corresponder à designação feita por '*Ocidente*' deixando aqui algumas impressões sumárias sobre o notável acontecimento cultural e histórico e sobre o que, em três semanas apenas, pude directamente observar a respeito da Cultura americana, quer nas suas relações com Portugal, quer como expoente da mentalidade duma grande e poderosa Nação neste lance grave da História da Humanidade. Não escrevo um ensaio, mesmo um simples artigo, mas algumas rápidas notas, que, despretensiosamente e quase sem plano, só podem reivindicar um mérito: o da sinceridade.

Não deixarei, porém, de, desde já, assinalar um facto que me impressionou muito agradavelmente: a exposição de livros portugueses, que se realizou, durante o *Colóquio*, num salão vizinho do grande *Auditorium* em que se efectuaram as sessões. Alguns livros constituíram agradável novidade para a maioria deles e vi também em muitos, na antecâmara e secretaria do *Colóquio*, um súbito interesse pela colecção de '*Ocidente*', que ali estava exposta. Felicito o meu velho amigo Álvaro Pinto.

Enganar-se-ia quem, entre nós, supusesse que o *Colóquio* teve, de entrada, repercussão ampla na grande Imprensa norte-americana. Não teve, mas enganar-se-ia também quem nisso visse um sinal de desinteresse público ou de menos importância daquela reunião. É que esta, apesar de congregar elementos intelectuais de vários países, de decorrer num tão importante estabelecimento de Cultura como é a Biblioteca do Congresso, e na capital do grande País, e ainda apesar de versar temas culturais relativos a dois países amigos—Portugal e o Brasil—decorria num ambiente majestoso, mas distante da publicidade, um ambiente de alta Cultura erudita e universitária, longe da agitação mundana, da vida política, do torvelinho dos acontecimentos predilectos dos noticiários e das discussões locais ou mundiais, numa serenidade

estudiosa que contrasta com a vida febril e trepidante das multidões e das grandes urbes.

Mas, pouco a pouco, os ecos daquele acontecimento cultural foram surgindo na dita Imprensa, entre cujos órgãos não faltaram os que a breve trecho começaram a testemunhar curiosidade pelo motivo que havia levado aos Estados Unidos missões intelectuais doutros países e promovido um prolongado convívio destas com numerosos universitários norte-americanos e doutras nações. Aliás, o que o *Colóquio* teria a menos na retumbância efémera nos grandes jornais, possuía com certeza, de sobra e mais duradouramente, nos meios cultos em que se desenvolveu...

Este relativo alheamento dos meios publicitários perante acontecimento de tamanho interesse e transcendência dá precisamente uma das características da Cultura e da vida intelectual e científica na América do Norte. É que, sem deixar de, através de Bibliotecas, de Museus, de revistas, etc., exercer uma acção intensa de divulgação — que coisas tão belas e magníficas por lá admirei neste aspecto! — a investigação e a ciência naquele país trabalham na penumbra e no silêncio discretos, sem dúvida ambientes mais propícios para o bom êxito da tarefa e mais adequados à encantadora modéstia dos trabalhadores do espírito dignos de apreço e admiração. Evidentemente a grande massa recebe apenas de longe a longe os ecos desse labor recatado e é inegável mesmo o entusiasmo com que, por vezes, ali algumas publicações científicas são recebidas pelo vulgo.

Um professor universitário ganha lá tanto como alguns trabalhadores manuais especializados ou até menos. Mas isto traduz apenas o nivelamento social de que é outro índice, por exemplo, a louvável ausência de classes nos comboios. Reconhece-se, porém, o valor da Cultura e da Ciência. As magníficas Bibliotecas (como a do Congresso), os grandiosos Museus, as numerosas Universidades custeadas pelo capital privado, as muitas especializações cultivadas intensamente, algumas delas de carácter absolutamente especulativo e desinteressado, mostram à evidência que não se trata duma Civilização materialista e quantitativa, como muitos supõem. E, sobre os elevados salários das profissões menos remuneradas na Europa, devemos, de passagem, assinalar que se trata duma ascensão de nível económico dessas profissões, não dum rebaixamento das que tradicionalmente eram mais remuneradas. A classe única dos comboios é a nossa primeira classe.

Foram, por certo, de interesse os temas de Antropologia cultural, Belas Artes, História, Linguística, Literatura, etc. versados no *Colóquio*. Mas, como já disse publicamente, o que mais suscita registo, no ponto de vista nacional, é o facto de esses assuntos luso-brasileiros terem sido, durante quatro dias, expostos e discutidos *em português* não só por portugueses e brasileiros, mas também por muitas dezenas de intelectuais norte-americanos e doutros países que ali se congregaram.

Por outro lado, embora tenha havido comunicações de grande

mérito e originalidade, o que mais parece ter sido a preocupação geral foi a útil convivência de cultores das mesmas matérias em países tão distantes, simultâneamente com o balanço das possibilidades e meios variados do trabalho investigador. Sentiu-se, em todos, menos o desejo de formular sínteses ou conclusões definitivas do que o de enunciar as aspirações legítimas de encontrar os meios e as condições de prosseguimento e amplificação dum labor útil. Isto é extremamente simpático, devendo dizer-se que algumas alusões a certas deficiências de condições e materiais de trabalho foram feitas sempre no tom mais benévolo.

Com as visitas a outros estabelecimentos culturais e às comunidades luso-americanas, visitas que se seguiram ao *Colóquio*, este começou encontrando maior eco do que antes na publicidade norte-americana. Todos nos pediam informações sobre o que fora aquela reunião, e a Imprensa falava então dela largamente. Mas, para nós, Portugueses, revestia então especial e enternecedor interesse o convívio com os importantes e laboriosos núcleos de Portugueses ou de seus descendentes, mesmo com aqueles que, tendo deixado de falar o português, não renegavam a sua ascendência lusa e continuavam a ser Portugueses pelo coração. O contacto com as comunidades portuguesas de New York, New Ark, Brooklyn, New Bedford, Fall River e Providence (ao escrevermos estas linhas, estão em curso as visitas aos núcleos portugueses da América Ocidental) foi utilíssimo para Portugal e para esses núcleos, o que aliás era evidente de antemão. Jornais portugueses (na nossa Língua), jornais americanos simpatizantes com Portugal e com as suas comunidades do território americano, associações de várias naturezas, escolas lusitanas, tudo isso é vantajoso no ponto de vista da permanência da consciência nacional, do sentimento patriótico, nessas importantes massas humanas. Mas deve atribuir-se um papel do maior relevo na manutenção desses sentimentos aos sacerdotes católicos de origem portuguesa. Sem a sua acção, a *aculturação* dos nossos pelos americanos seria mais rápida e intensa do que é. Está claro que a Metrópole não pode nem deve desinteressar-se desse facto. Lá não necessitam de dinheiro, de dádivas dispendiosas, mas dum intercâmbio mais activo e permanente com a Pátria. Envios de livros, de jornais, de revistas, de missões culturais o mais possível acessíveis ao grande público, de manifestações várias de interesse e simpatia por esses núcleos migratórios, eis o que se requer, em larga e metódica realização.

Não bastam o Plano Marshall, os acordos defensivos ou económicos, para um perfeito entendimento e um conhecimento recíproco entre Portugal e os Estados Unidos. As relações culturais, o intercâmbio no terreno espiritual, desde que sejam levados a efeito com inteligência e sem pretensões excessivas, terão consequências mais duradouras e amplas do que todas as combinações nos restritos campos do económico e do político-militar. Há para Portugal um concorrente de grande vulto na aproximação e conhecimento que se impõem. Digamo-lo sem rodeios, abertamente,

francamente — e sem prejuízo, decerto, das boas relações que temos e devemos ter com tal concorrente. É a Espanha; melhor, é a América Espanhola. São numerosas nações de Língua Espanhola, com muitas das quais os Estados Unidos têm maior vizinhança e mais intenso intercâmbio do que com o próprio Brasil e, mais ainda, com Portugal.

Poderia citar numerosos factos comprovativos da exactidão do que afirmo. O que é certo é que, sem estar naturalmente no nosso pensamento combater a legítima progressão dos países de Língua Espanhola, temos de procurar a solução do problema dos prejuízos que essa progressão nos causa.

Não regresssei dos Estados Unidos com a ridícula pretensão de haver podido ajuizar directamente de todos os aspectos da vida americana. Mas pude confirmar ou rectificar alguns dos meus juízos anteriores. Seria uma banalidade dizer que vi um mundo grandioso, colossal, e, sob alguns aspectos, diferente do nosso. Mas ousou declarar, repito, que se enganam redondamente aqueles que pretendem existir ali apenas uma Civilização quantitativa, materialista, sem ideais, como se enganam igualmente os que julgam ser ali tudo uniforme, homogéneo, convergente. Se é, por vezes, admirável e fecunda a profusa variedade de tendências, de tipos, de grupos humanos, que ali se observa, se há uma solidariedade quase geral, entre os grupos mais diversos, no culto da grandeza nacional e numa ampla liberdade no modo de viver e de pensar, sente-se que essa solidariedade não dissipa a nossa sensação da profunda heterogeneidade étnica, psicológica, religiosa, etc. que nos leva a dizer que não existe uma América do Norte mas várias, como no Brasil disse Vicente Licínio Cardoso existirem vários Brasis, não apenas um.

Dispensamo-nos, nestas breves notas, de enunciar até onde podem ir as consequências vantajosas, ou desvantajosas, desse facto e da suposição de que a grandeza e a prosperidade da América e a fidelidade desta a certos princípios bastarão para encarar triunfantemente os perigos tremendos da hora que vivemos. É belo, por exemplo, ver como o povo norte-americano suportou estoicamente o peso dos encargos que a luta na Coreia lhe trouxe. Partem homens e material para ali, paga-se uma imensidade de novas taxas, muitas fábricas trabalham dia e noite ao máximo para satisfazerem as exigências do momento, e não se perde entretanto a alegria nem se esquiva quem quer que seja ao cumprimento do dever patriótico. E verifica-se que continuam as diversões, as actividades culturais, a vida social, como se nada tivesse vindo perturbar a existência dum povo. Que bela lição ao Mundo, a desta aceitação serena e voluntária de sacrifícios e de encargos!...

O problema norte-americano, hoje mais do que nunca identificado com o grande problema dos destinos do Mundo e da Civilização, não é susceptível de definições ligeiras e de soluções fáceis.

As impressões do Prof. Hernani Cidade serão publicadas no n.º 90 da 'Revista de Portugal', em 15 de Dezembro corrente.

EM PROL DA CULTURA

XII

A propósito do «Colloquium» de Washington e da expansão da Língua Portuguesa, publicou o n.º 89 da *'Revista de Portugal'*:

«A Biblioteca do Congresso de Washington deu em Outubro passado um admirável exemplo de solidariedade intelectual e de altíssimo respeito pela Cultura.

Fundada em 1800, é a Biblioteca Nacional dos Estados Unidos e nela devem existir hoje cerca de 8 milhões de livros e opúsculos, 1.600.000 mapas e panoramas, 1.700.000 partituras e volumes de música, 600.000 impressos, 120.000 volumes de jornais e manuscritos encadernados, 280.000 fotografias e 35.000 rolos de microfilmes. Possui as maiores colecções do Mundo de livros sobre aeronáutica e de livros orientais, depois da China e do Japão, 750.000 volumes de grande raridade, 25.000 opúsculos dos primeiros tempos da América, mais de 1.500 volumes encadernados de jornais americanos do Século XVIII e 5.100 incunábulo.

Pois foi esta grandiosa Biblioteca, marco espiritual de um dos mais poderosos Países do Planeta, que decidiu comemorar o 150.º aniversário da sua fundação com o «Colloquium» internacional de Estudos luso-brasileiros recentemente realizado em Washington, com o fim verdadeiramente impressionante de chamar a atenção dos estudiosos de todo o Mundo para o que há de vivo e universal nas tradições comuns de Portugal e Brasil.

Foram à grande cidade americana Portugueses, Brasileiros e notáveis representantes dos Povos cultos. Estudaram, discutiram e estiveram todos durante alguns dias em contacto directo e vibrante com magníficas manifestações da inteligência luso-brasileira.

Os Estados Unidos eram já, no Estrangeiro, o País que mais interesse mostrava por tudo quanto dissesse respeito à Cultura das Nações de fala portuguesa. Esse interesse consolidou-se e aumentou consideravelmente com o «Colloquium», podendo afirmar-se que esta doutíssima assembleia constituiu para a expansão e dignificação da Língua Portuguesa a maior vitória da Idade moderna.

Cumpra agora acompanhar sem desfalecimentos a germinação das sementes lançadas em todas aquelas Universidades americanas, acertar entre Portugal e Brasil a melhor forma de se prosseguir um proveitoso e ininterrupto entendimento com a Biblioteca de Washington e, sobretudo, resolver-se com presteza a questão ortográfica.

Depois de tão retumbante exaltação do Idioma, que já passou a ser considerado uma das Línguas de mais sólido e justificado futuro, seria crime de lesopatriotismo não redobrar de zelo e energia na luta a tudo quanto o possa abastardar ou deturpar. E seria igualmente desleixo imperdoável manter sem rápida solução o problema da escrita, que pode representar graves dificuldades no ensino e divulgação da Língua.

Quanto ao primeiro ponto, é da máxima conveniência que Portugal e Brasil estabeleçam um Convénio rigoroso de defesa e ilustração da Língua comum, perante a Imprensa, a Rádio e o Cinema.

Quanto ao segundo, não há senão que sancionar, por parte do Brasil, o Acordo Ortográfico aprovado unanimemente pela Conferência inter-académica de 1945.

Proclamou-se aquém e além-Atlântico a unidade linguística. Provou-se que existe no Mundo uma só Língua Portuguesa, embora com peculiaridades várias tanto de País para País, como dentro das diversas regiões de cada um deles. Porque há-de haver mais duma grafia, dicionários diferentes, vocabulários desnorteadores?

Hoje, não é apenas a cada um dos dois Países de Língua Portuguesa que interessa o estudo do Idioma, suas dificuldades e belezas. É a todos os núcleos de Portugueses e de Brasileiros espalhados pelo Mundo e a muitos milhares de estudantes estrangeiros, que, de ano para ano, melhor perlustrarão os mais característicos documentos da nossa Cultura.

Foi numa Biblioteca estrangeira que se abraçaram Portugueses, Brasileiros e Americanos no mesmo fervoroso culto pela imorredoura Língua de Camões e Vieira, de Rui Barbosa e Machado de Assis. Justo é, portanto, que em suas Pátrias, Portugueses e Brasileiros sejam suficientemente compreensivos e não deixem continuar à mercê de caprichos ou quesílias a sanção última da verdade insofismável: UMA LÍNGUA ÚNICA DEVE TER UMA ÚNICA ORTOGRAFIA.»

Comunicado ao Ministro da Educação do Brasil o teor destes votos, assim respondeu o eminente Professor e Escritor:

«*Meu caro Álvaro Pinto — Muito agradeço a sua bondosa carta de 12 e estou de perfeito acordo com o que escreve na 'Língua Portuguesa', Vol. XV. De facto, «uma Língua única deve ter uma única ortografia». Foi o que quisemos fazer no Acordo de 1945. E é o que desejamos se cumpra. Quanto ao seu julgamento sobre os resultados do «Colloquium», de Washington, concorda com o meu optimismo, o entusiasmo com que ambas as delegações fraternalmente trabalharam e a nossa crença na Cultura de Língua Portuguesa. Abraços de Pedro Calmon».*

Continua em estudos o projecto da nova Lei da Propriedade Literária. Desnecessário será acentuar, mais uma vez, a conveniência de se harmonizar a nossa Lei com a Lei brasileira, parecendo-nos até que seria da maior vantagem um entendimento entre os dois Países, para se evitarem quaisquer divergências que possam trazer atritos ou incidentes.

A perpetuidade não deve subsistir, já pelo seu anacronismo, já pelas situações desairosas a que pode levar a edição das Obras dos Autores falecidos depois de 1877 ⁽¹⁾. Enquanto essas Obras podem ser editadas no Brasil 60 anos depois da morte dos Autores, em Portugal ou continuam na mão de Editores que não lhes têm dispensado a inteligência e escrúpulo que mereciam ou não se editam, o que significa enorme prejuízo para a Cultura e para o Património espiritual da Nação.

No Suplemento «Letras e Artes» do 'Diário de Notícias', do Rio de Janeiro, Gilberto Freire, sociólogo brasileiro dos mais ilustres, escreveu a respeito da difusão do Livro de sua Terra:

«O projecto que o deputado Gabriel Passos, apresentou recentemente à Câmara, criando subvenção a livrarias ou filiais de livrarias nacionais nas cidades de Nova Iorque, México, Havana, Bogotá, Caracas, Quito, Lima, Santiago, La Pax, Assunção, Buenos Aires, Montevidéu e, finalmente, Lisboa, é dos que fascina o brasileiro apaixonado pela causa da expansão da Língua e da Cultura literária ou intelectual do seu País. Trata-se, com efeito, de uma Cultura que encerra já valores de interesse universal, alguns de particular atracção para os povos de fala inglesa e de fala espanhola, nossos vizinhos no continente americano.

Entretanto, os brasileiros que conhecem de perto esses países, ou os mais típicos dentre eles, sabem não ter ainda chegado o momento de realizar-se aquela desejada expansão através da Língua Portuguesa.

⁽¹⁾ A lei vigente, que estabeleceu a perpetuidade, foi promulgada em 1927, precisamente quando ia cair em domínio público a obra de Alexandre Herculano, falecido no ano de 1877.

O que incumbe actualmente aos brasileiros preocupados com o assunto é concorrerem para a difusão do ensino da Língua Portuguesa nos referidos países. Só depois de realizada essa difusão, haverá ambiente para livrarias brasileiras nas capitais que o projecto do deputado Gabriel Passos menciona.

Nas circunstâncias actuais, a única das capitais mencionadas no projecto que apresenta vantagens para a expansão do livro brasileiro, através da livraria ou filial de livraria subvencionada, é Lisboa. De modo que cabe, a meu ver, um substitutivo ao projecto Passos, que declare ficar instituída a subvenção de cinquenta mil cruzeiros anuais, durante cinco anos, além do auxílio de cem mil cruzeiros para instalação, à editora ou livraria nacional, ou ao grupo de editores ou de livreiros nacionais associados, que abrir filial ou livraria, para divulgação do livro brasileiro, quer literário, quer técnico, na capital de Portugal.

Foi o substitutivo que apresentei e defendi na Comissão de Educação e Cultura da Câmara certo de que abrimos assim caminho para a difusão do livro brasileiro no mundo que, tendo sido criado pelo português, tem de comum com o Brasil a Língua supranacional que se fala na Europa, na África, na América e até na Ásia: a portuguesa».

Chamamos a atenção dos Srs. Deputados Portugueses para a transcrição feita, pois decerto há entre eles alguns que possam perfolhar a excelente doutrina para projecto semelhante relativo ao livro português. O Brasil já tem as suas edições em níveis de muitos milhares, um profícuo Instituto Nacional do Livro, largas centenas de Bibliotecas espalhadas por toda a Federação, mas acha tudo isso pouquíssimo e reclama sempre maior expansão do livro e da Cultura. Entre nós, não há Instituto Nacional do Livro, não existem Bibliotecas em numerosos Departamentos do Estado, são pouquíssimas as municipais e ainda há Reitores de Liceus, Governadores civis e presidentes de Câmaras que, na hora das economias forçadas, a primeira verba que sacrificam é a do livro e das revistas. E, no entanto, quando se trata de falar alto, de encantar o vulgo com retumbante eloquência, a palavra Cultura está sempre na primeira linha. Solicitamos, humildemente, mais coerência entre as palavras e os actos e mais protecção para o livro e para as revistas, ou seja para os principais instrumentos da Cultura, que além de pequenas tiragens e dos golpes constantes de descontos e pedidos de ofertas, ainda sofreram em 1948 a vergastada de uma portaria *normalizadora* das condições de fabrico e preço do papel, que precisa de ser eliminada *in totum*. Nos últimos dois anos diminuiu consideravelmente a produção literária em Portugal. Não se imagine que isso foi devido apenas à inquietação que vai pelo Mundo. O nosso caso especial tem grande parte da sua razão na estranha violência com que aquela Portaria foi engendrada e posta em execução.

Em Buenos Aires publica-se um mensário de 8 páginas, 0,38×0,25, com o título '*El Libro*', destinado única e exclusivamente à propaganda do livro. As legendas de suas páginas constituem o programa da benemérita publicação, que é órgão duma Associação cultural de corretores de livros, casas editoras e empregados de livrarias. Eis as legendas do número que temos presente: «La Cultura es el conocimiento de lo ocurrido, pensado, dicho y echo en el Mundo» — «Lee: El único bien es el conoci-

miento y el único mal es la ignorancia — *Diógenes Laértio*» — «El progreso integral de un pueblo, sólo es posible creando la necesidad del libro — *T. Helechaig*» — «Todo hombre, hasta el fin de sus días, deve atender la educación de sí mismo — *M. d'Aze-glio*» — «El don más grande que Dios haya hecho al hombre es el libro — *J. Rusel Lowel*» — «El libro ha sido y será cada día más el primordial instrumento del conocimiento recíproco de los pueblos» — «El hombre es el producto de su educación — *Elve-cio*» — «El arte de leer es el arte de pensar».

A exaltação e a dignificação da Cultura exigem também que se combatam sem tréguas os critérios ou delitos anticulturais. Entre estes, dois há de facilíma correcção. Basta que assim o queiram os respectivos Ministros. A) O critério do número de leitores para a continuação ou suspensão de compras de livros e revistas nas Bibliotecas públicas. Uma Biblioteca é tanto mais rica e eficiente quanto maior for a quantidade e variedade de suas espécies. E eliminar aquisições porque elas só interessavam a pequeno número de consulentes é lamentável desconhecimento da *qualidade* da maioria dos leitores, subordinação deseducativa ao número e entrave à ilustração e crescimento dos escóis. — B) É critério igualmente deseducativo insistir a Emissora Nacional na rubrica «O que quer ouvir?» em que o mau gosto do radiouvinte pode juntar-se francamente às descabidas pilhérias do locutor para obrigarem muitas dezenas de milhar de outros radiouvintes a suportar caprichos e graçolas que não ficam bem naquele Organismo. Não é fácil agradar a todos nem isso requiremos aqui. Mas é racional que na mais categorizada Emissora do País se eduque de cima para baixo e obedecendo a planos firmes e maduramente reflectidos. De resto, os que tanto se empenham em fazer ardentes votos pela reconstituição quase completa da Emissora oficial apenas pretendem que se cumpra o programa de 1941, ainda não revogado:

*Escravidão, sujeição à mediocridade, nunca! — Personalidade, vontade própria, certa [a Emissora] de que os radiouvintes — porque o são — não emitem mas ouvem. — Os programas têm de ser cuidadosamente e implacavelmente elaborados de dentro para fora e nunca de fora para dentro. — São fins da Emissora [entre outros] a renovação do gosto, a correcção amável de certos defeitos da nossa gente, a revelação de Portugal aos Portugueses e aos estrangeiros, a educação sem fadiga, o recreio sem transigências com o reles, com o imoral ou o amoral». Sabe-se como todos os dias se realiza o contrário do que aí se lê: Sujeição à mediocridade, indicações dos radiouvintes menos próprios para dirigir, mau gosto de serões e variedades, exacerbamento de defeitos de linguagem (*Cufes, Ecas, Fenates, Icaos, Onus*, etc.), excesso de fados e guitaradas e na rubrica «O Compositor da Semana» em 52 emissões apenas compositores estrangeiros, nove dos quais já repetidos, e NEM UM ÚNICO COMPOSITOR PORTUGUÊS,*



CONDUÇÃO DO REBANHO

ÓLEO. TELA DE 1^m,65×2^m. NO MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS

Por SILVA PORTO



A TIGELA PARTIDA

ÓLEO. TELA DE 0^m,76×0^m,49. NO MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS

Por SILVA PORTO

QUESTÕES ECONÓMICAS

PROBLEMAS DE HOJE

Por EZEQUIEL DE CAMPOS

NO ALVOR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Consideremos só estes números:

Média anual da Importação do Estrangeiro nos cinco anos de 1945 a 1949:

	Toneladas	Contos
Trigo	229.321	630.805
Milho	47.217	96.235
Batatas	23.382	54.153
Carnes	2.983	42.585
Peles em bruto ou preparadas secas	1.416	29.891
Lã	4.226	167.951
		<hr/>
		1.021.620
Ferro e Aço	146.419	522.510
		<hr/>
Soma		1.544.130

Mais de um milhão de contos por ano que pagámos pelos artigos primários da alimentação, do vestuário e do calçado mostram a necessidade de aumentarmos a produção agrícola.

Para isso é indispensável generalizar por toda a Lavoura rotações e afolhamentos que façam a intensificação do cultivo; e sincronamente aumentar muito a área de regadio.

Embora seja uma revolução nas práticas tradicionais, é necessário acabar com o pousio das ervas nascidas, trocando-o pelas ervas *semeadas*, com leguminosas pratenses em grande escala. Assim ampliar-se-á dentro de poucos anos (talvez até dobrar) a superfície destinada anualmente ao trigo e aos outros cereais, aumentando-se-lhes também muito a produtividade; como se obterá mais do dobro da ervagem actual para o gado.

E se também for estendida a água de rega por muitíssima terra que ela pode alcançar — levando-se o regadio por 500.000 hectares de campos segundo processos adequados, desde a construção de albufeiras e canais até à bomba eléctrica individual ou colectiva — teremos muito maior produção de cereais para o pão, e de legumes, batata, etc.; e um acréscimo importante de riqueza pecuária — bovinos, ovinos, suínos, equinos... galináceos — que nos darão mais carne, peles, lã, leite, manteiga e queijo.

Tem de acompanhar as duas tarefas — *rotações e rega* — a

defesa da erosão, para que não continue a fugir-nos o melhor da terra pelos rios para o mar.

São muito simples de realizar os três trabalhos referidos como estruturais da nossa intensificação agrícola.

Mas é indispensável acompanhá-los pela arborização racional do nosso território de destino florestal a fim de termos lenha e madeira, assim como mais água nos rios, melhor clima e suficiência de electricidade.

Para satisfazer as primárias necessidades de ferro e aço, devemos começar já a extraí-los dos nossos minérios: para o que, como para a rega, para a indústria e para as comodidades sociais e domésticas, é urgente alcançarmos electricidade bastante e adequada dos nossos rios.

Então devemos fazer um plano de encadeamento destas tarefas: 1.^a intensificação agrícola (rotações e afolhamentos; rega; defesa da erosão); 2.^a arborização; 3.^a siderurgia; 4.^a energia hidroeléctrica.



A Lei n.º 1.914, de 24 de Maio de 1935, mencionou as bases da reconstituição portuguesa no período de quinze anos que terminam agora. Muitas coisas se fizeram e encaminharam na realização; mas há problemas que, apesar de tantos séculos desde D. Afonso Henriques, como o do *pão nosso quotidiano* e o ferro para os arados, não somos capazes de resolver: pois não temos trigo para o pão de um terço da gente, que teria de morrer de fome, como no tempo de D. Sancho I e de D. Afonso IV, se não viesse do estrangeiro; e também milho para a broa... que nos deu o plano Marshall.

Será prudente marcar-se o plano das tarefas *essenciais* e definir bem o que delas havemos de fazer nos primeiros cinco anos, até ao fim de Dezembro de 1955: o ensino da gente nas rotações e o alastramento destas pelo País, as obras de rega desde as individuais às do Governo, a arborização, o conjunto hidroeléctrico *racional*, a electrificação progressiva dos caminhos de ferro e o processo siderúrgico mais vantajoso e racional no nosso quadro da Natureza.

E em seguida alcançar meia dúzia de pessoas que sejam capazes de, *com prudência e rapidez*, esclarecer as soluções dos problemas primários do melhor aproveitamento da nossa terra agrícola e florestal, assim como dos outros problemas mencionados como basilares do nosso trabalho e do nosso bem-estar.



Como têm decorrido muitos séculos sem a solução desses problemas fundamentais, será absurdo contar-se com a resolução deles em escala suficiente dentro do primeiro lustro da 2.^a metade deste Século. Mas imaginar não dá fadiga cerebral:

Supondo que se cuida *deveras* e com saber da intensificação agrícola pelos factores indicados, e se procede à defesa da erosão por grande parte do País, será possível que as colheitas do trigo e do milho de 1955 reduzam a metade a falta média anual de 1945 a 1949, alcançando-se assim a economia por ano de 315.402 contos na aquisição do trigo e de 48.117 contos na do milho. Por soma, a poupança de 363.519 contos naqueles cereais — correspondente a quase 1.000 contos por dia.

Acréscente-se a economia na importação de batatas, que pode ir de 10.000 a 20.000 contos por ano; na importação de carnes, que deve ser superior a 10.000 contos; na de peles, para mais de 8.000 contos; e na de lã, pelo menos de 20.000 contos: parcelas que somam pelo menos 48.000 contos por ano.

Adicionando os 363.500 contos do acréscimo do trigo e do milho, a reforma agrícola deve proporcionar, logo depois do primeiro período de 5 anos, a economia de mais de 400.000 contos por ano.

Juntando-se a dispensa da importação anual de 50.000 toneladas de ferro e aço alcançados pela nossa siderurgia, no valor de 178.430 contos, obtém-se a economia de 589.940 contos por ano: ou seja de cerca de 600.000 contos anuais de favor na balança de pagamentos. — E o bem-estar que também virá da melhoria social da nossa vida agrícola e industrial!



Pela falta de conhecimento perfeito das soluções destes problemas, não se pode avaliar bem o custo delas, nem sequer com provável aproximação. Eis, por isso, apenas uma vaga perspectiva.

Participação do Estado na realização das tarefas essenciais do primeiro período — até ao fim de 1955:

	Contos
Rotações e Afolhamentos	10.000
Água de Rega	500.000
Defesa da Erosão	10.000
Arborização	500.000
Soma	1.020.000

Só o acréscimo da produção agrícola pelo mínimo de 400.000 contos por ano pagará em três anos aquele dispêndio.

A siderurgia ainda que exija, por muito, um milhão de contos de participação do Estado, pela economia anual de 50.000 toneladas de ferro e aço avaliadas em 178.400 contos pagará em 6 anos o seu dispêndio.

E os aproveitamentos hidroeléctricos em criteriosa preferência serão muito úteis e de segura amortização. De igual modo a electrificação dos caminhos de ferro, pela enorme economia de

carvão e dos outros combustíveis, bem como da reparação das locomotivas de vapor.

Por isso havemos de concluir que o monte Ararat do Orçamento Geral do Estado com perto de seis milhões de contos anuais precisa de ser bem ponderado para dele se colherem por ano os 200.000 ou 300.000 contos necessários para o plano de boa e rápida solução dos *problemas fundamentais*.

EM SUMA: — O cariz do Mundo tão agitado na destruição (a atirar muitíssimo dinheiro e tantas vidas para o céu, pensando já em reconstruir, por novos dispêndios, na paz futura) parece que nos deve obrigar à prudência de fazer um plano das tarefas essenciais que, para este recanto peninsular, se cifram na intensificação agrícola, na arborização racional e na siderurgia em escala ponderada, conseguindo-se também a energia eléctrica bastante e adequada para toda a indústria, para a agricultura, as comodidades da Grei e a electrificação metódica dos caminhos de ferro.

Bem marcada a escala das tarefas e as despesas correlativas para o primeiro período de cinco anos (até ao fim de 1955), proceda-se aos trabalhos no rendimento máximo de vantagens: de forma a alcançar-se, além da riqueza, um notável valor social e educativo, boa arrumação da gente nos vários trabalhos da construção, no povoamento rural, no artesanato, na indústria, no comércio... e um estímulo para a colonização das nossas terras de Além-Mar.

A inconsciência gerada pela vida multiseccular tão despreocupada da nossa adaptação ao território mostra uma enorme dificuldade de acordar para estas questões abstractas e prosaicas. Mas o futuro há-de continuar a provar com muito dinheiro na lição custosa, que, sem sabermos fazer e sem realizarmos aquelas tarefas, jamais poderemos ter o pão nosso quotidiano e as enxadas e ferramentas necessárias.

— *Ala arriba!*...

5 de Novembro de 1950.

OBRAS DE EZEQUIEL DE CAMPOS

editadas pela revista 'OCIDENTE'

'O ENQUADRAMENTO GEO-ECONÓMICO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA' — 1 volume de 312 páginas com numerosos mapas e gráficos (2. ^a edição)	50\$00
'PROBLEMAS FUNDAMENTAIS PORTUGUESES' — 1 volume de 232 páginas, com bastantes mapas e gráficos	30\$00

A VOZ DE ROMA

Por D. JOÃO DE CASTRO

Em Roma, pátria espiritual da humanidade latina, realizou-se há poucas semanas, como se sabe, uma cerimónia de singular transcendência, que fez reviver por instantes, com brilho, o seu grande passado pontifical: a que definiu como artigo de fé uma tradição antiquíssima — a de Assunção da Virgem — sempre consentida e até respeitada, mas nunca legitimada dogmáticamente, pelos altos poderes da Igreja. Talvez alguém tenha julgado tal iniciativa extemporânea, senão anacrónica, no conturbado momento da nossa vida actual. — Será assim? Ouso supor que não. A Santa Sé vive agora (ninguém o desconhece) em um novo, ou renovado, ambiente político. Quase tanto como em remotos séculos, é ainda, providencialmente, uma das maiores forças defensivas opostas pelo pacífico e construtivo Ocidente europeu ao subversivo e tumultuário Oriente asiático. Os sofrimentos e o sereno valor com que está afrontando as guerras de ambição que hoje dilaceram o mundo, têm manifestamente aumentado o seu prestígio e retemperado as suas energias.

Pio XII, estadista de alta plana mental, que tem dignificado, com a maleabilidade e a simplicidade próprias do nosso século, o mais alto dos tronos que os homens livres ainda respeitam, quis talvez certificar-se do verdadeiro alcance da sua voz de chefe, quando resolveu promover, com largo e luzido programa, as celebrações do «Ano Santo». Se esse foi, com efeito, o seu intento, pode seguramente felicitar-se pelo resultado obtido. Do velho e do novo Mundo, ainda não deixaram de acorrer, até agora, à capital da Cristandade, alvoroçadas pelo seu apelo, inúmeras e confiantes legiões de fiéis — alguns dos quais, por se acharem há muito expatriados, talvez vivessem já semi-esquecidos da herdada devoção filial. — Renascimento de fé, semelhante ao que se produziu outrora, quando no próximo Oriente se ergueu, ávido de domínio, o Adastor islamita? Sim; hoje, como então, é o pressentimento do perigo que sobressalta os povos crentes ou os herdeiros dos povos crentes e da civilização que eles criaram; todavia, preparados para reagir, o seu «sursum corda!» não tem verdadeira semelhança com aquele que temperou para as mais cruentas lutas a alma heróica da Idade-Média. Pode por isso dizer-se que o grandioso acto de fé últimamente realizado na minúscula (mas sempre grande) cidade pontifícia, e que há meio século talvez não pudesse crer-se aconselhável, foi de veras compreendido — de diverso modo, mas espontaneamente — pelos mais castiços representantes das duas Europas modernas: a de aquém e a de além-Atlântico.

O culto religioso de Maria, a mãe de Cristo, é um dos mais ferventes e porventura o mais poético do Cristianismo. Nos séculos heróicos exaltou-o a Cavalaria, como aquele que com maior honra e glória podiam professar os homens de grande valor e «grão cora-

ção». Nun'Álvares, o nosso herói por excelência nesse período remoto, foi, como se sabe, um devoto da Virgem; com ela realizou o milagre de Aljubarrota, por ela renunciou às grandezas da vida, e até à própria vida, em uma cela monástica. E antes ou depois dele, tanto entre nós como em outros povos de idêntica formação espiritual, era sempre aos preciosos favores de intercessão atribuídos à mãe de Deus-Filho, que recorriam todos os que tinham em mira a realização de altas empresas. Ela não representava apenas uma indulgente medianeira, colocada entre a Terra e o Céu; era, dentro das almas simples, com todas as graças, toda a sublimidade, toda a ternura do sentimento maternal, o símbolo da mulher perfeita, a «Mater admirabilis» das frágeis e desvalidas criaturas humanas.

A multiplicidade e a diversidade dos benefícios que se criam alcançados por obra do seu patrocínio, explicam a multiplicidade e a diversidade das invocações com que sempre tem sido venerada, e até, reflexamente, muitos dos sobrenomes femininos incluídos na onomástica vulgar de todos os tempos. Hoje mesmo são ainda tais sobrenomes que verdadeiramente distinguem entre si as inumeráveis mulheres que, em obediência à moda reinante (moda profana, aliás), preferem a qualquer outro o romanizado nome da Virgem. Os nomes de Maria da Piedade, Maria do Amparo, Maria do Socorro, do Resgate, dos Remédios, da Glória, e tantos outros que ninguém desconhece, memoram de facto, em todos os países de herança latina, e em todos os níveis sociais desses países, os favores de bondade materna, de suprema e generosa protecção, devidos a tão augusta madrinha. Certo, essa livre vulgarização do nome de Maria nem sempre existiu; durante alguns séculos foi até quase interdita. Cria-se deveras que nunca uma simples mulher, mesmo a mais rica de virtudes, podia merecer a glória de assim chamar-se. Há numerosos episódios históricos que atestam o rigor deste velho escrúpulo. Um, que agora me ocorre, foi suscitado no Século X pelo rei D. Afonso IV de Leão. Quando mandou baptizar uma princesa moira que pretendia desposar, esse monarca proibiu alarmadamente que lhe fosse conferido o nome de Maria, crente de que as suas liberdades de marido ofenderiam sem perdão o próprio Deus.

Alguns séculos depois, ao longo de quase toda a Idade-Média, ainda os Pintores, escravos do mesmo preconceito, evitaram como um sacrilégio a ousadia de assemelharem a figura da Virgem à das mulheres vulgares. Queriam-na sempre, não «bendita entre as mulheres», como se diz na oração, mas acima de todas as mulheres. Sobre-humana, enfim. Incapazes, porém, de elevarem a sua arte ao nível da sua imaginação, não logravam jamais criar imagens divinas, mas somente imagens teológicas. Durante longo tempo, a beleza humana, tal como os nossos olhos a reconhecem e admiram, pareceu-lhes imprópria para representar a divindade. Não compreendiam que a Virgem fosse bela como as mulheres o podem ser, porque a beleza, assim concebida, significava apenas um efêmero e profano favor da Natureza. Debalde, no Século XIV, já quando agonizava o Império bizantino, um dos seus historiadores de maior fama, Nicéforo, havia descrito, na sua «História Ecle-

siástica», com os mais lisonjeiros e humanizados atractivos femininos, a mãe de Jesus, atribuindo ao evangelista S. Lucas, cujo talento de pintor exalta, a origem desse retrato. Segundo o seu desenho verbal (que, aliás, não merece confiança alguma), a Virgem era de pequena estatura, com o rosto alvo como a farinha do trigo candial, longo e loiro o cabelo, olhos muito vivos, de pupilas amareladas, sobranceiras negras e em semicírculo, nariz comprido, vermelhos os lábios, mãos esguias, de finos dedos, compostura simples e modesta, vestuário esmerado, mas sem luxo, com a cor natural da lã.

Sim, este retrato, quando foi conhecido no Ocidente cristão, pareceu demasiado terreno a todos os pintores. Tantas e tão mundanas perfeições exteriores, que poderiam encontrar-se em qualquer criatura de vulgar barro humano, não bastavam, em sua opinião, para traduzir a excelsitude, o dom divino transmitido à «Rosa Mística» na hora suprema da Anunciação. Foi só muitos anos depois, ao alvorecer da Renascença, que os Artistas mais ousados começaram a humanizar a figura — e às vezes com tamanho excesso que a confundiram, moral e carnalmente, com os seus modelos de oficina. A Arte não raro lucrou; mas a tradição, o sentimento religioso, quase se obliteraram.



Como estranhar que, ao longo de tantos séculos de veneração, de constante e sempre incendiado culto, se formasse, difundisse e por fim arraigasse, no espírito religioso do antigo mundo ocidental, a crença da Assunção — mórmente depois que no Século VI se admitiram com decidido favor certos testemunhos de justificação que remontavam ao ano 57 da nossa era, ano em que ocorreu na cidade de Éfeso, segundo se crê, o falecimento da «Sancta Dei-Genitrix»? Na verdade, a reserva com que a Igreja se absteve de confirmar ostensivamente, até agora, essa crença há tantos séculos generalizada entre os seus fiéis, nunca entibiou a fé com que estes a mantiveram e exaltaram em toda a parte. Primeiro em 18 de Janeiro, depois em 15 de Agosto de cada ano, nunca a Assunção deixou de ser solenemente festejada pelas populações cristãs do nosso velho continente; e há mais de 300 anos que, por tal motivo, tem honras de feriado nacional, em toda a França, a última daquelas duas datas. Foi efectivamente em tal dia (15 de Agosto) que o rei Luís XIII consagrou o seu reino à Virgem, em acto público, de grande esplendor religioso, que uma tela de Ingres, existente na catedral de Montauban, ainda hoje relembra. Nessa tela, pintada há pouco mais de um século, a Virgem, com o Menino ao colo, e já sem a rigidez hierática de outros tempos, olha humanamente, quase femininamente, do alto de um trono convertido em altar, o devoto monarca francês — que, de joelhos, rojando no solo o grande manto real, flor-de-lisado, lhe oferece a sua coroa e o seu ceptro.

A solenidade que recentemente foi realizada em Roma não traduz, portanto, como se vê, quaisquer intuitos de inovação ou de

reforma; representa apenas a confirmação formal, como que a homologação, de uma sentença proferida há muito, discricionariamente, por todos os povos do orbe cristão. Pio XII quis incluir nas celebrações do seu «Ano Santo» esse novo acto de fé — acto porventura simbólico, pois tudo nos induz, em verdade, a visionar nessa figura que transita, como um astro, da Terra para o Céu, a aspiração de paz, de fraternidade geral, de bem-aventurança — de ascensão, enfim! — em que o escol moral e intelectual da atormentada humanidade de hoje concentra o seu mais íntimo querer. A voz de Roma falou, tal como usava falar outrora. Não para ditar um mandamento soberano, mas para indirectamente pedir aos homens um supremo esforço de elevação ao nível dos grandes sentimentos e das grandes ideias. O momento pode crer-se propício. Erguida assim, com tal intenção, essa voz foi por certo escutada com fervor pelos que firmemente crêem; com meditada e compreensiva atenção pelos que livremente pensam; e com o mais concorde e justificado respeito por uns e por outros.

O B R A S - P R I M A S P O R T U G U E S A S

reproduzidas em *fac-simile* das I.^{as} edições pela

«REVISTA DE PORTUGAL»

I — «OS LUSÍADAS» de LUÍS DE CAMÕES

Com Prefácio e Notas de *Cláudio Basto*

1 volume brochado — 40\$00. Encadernado — 55\$00

II — «OS ÚLTIMOS FINS DO HOMEM»

PELO P.^o MANUEL BERNARDES

COM PREFÁCIO E NOTAS DE *VIEIRA DE ALMEIDA*
E ESBOÇO BIO-BIBLIOGRÁFICO POR *BARBOSA MACHADO*

Edição de 600 exemplares numerados de 1 a 600

Em brochura — 240\$00

N.^{os} 1 a 100 — Todos impressos em papel offset

Em folhas — 260\$00. Com encadernação inteira de pele — 350\$00

III — «CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL»

(ANTIGO COLOCCI-BRANCUTI)

Leitura, Comentários e Glossário por *Elza Paxeco Machado*
e *José Pedro Machado*

1.^a edição integral, em tomos de 80 páginas de composição tipográfica e 16 de reprodução do Ms. — Assinatura de cada 5 tomos, a partir do 11.^o, edição comum — 125\$00. Edição especial — 225\$00.

Volume I, 408 pág. mais 80 de *fac-simile* — 150\$00 e 250\$00

Volume II — A concluir



SOB A INVOCAÇÃO DE CLIO

Crónica de RODRIGUES CAVALHEIRO

OS PORTUGUESES E O Prof. Vitorino Nemésio insistia, há A EPISTOLOGRAFIA tempos, num artigo de jornal, em sublinhar a magreza da nossa literatura epistolar. E escrevia com certo desalento: — «Talvez seja mais exacto pensar que a «epístola», o género epistolar, nem nos escasseia nem é (para que digamos) de todo em todo mesquinho: o que falta quase absolutamente é a carta viva, a autêntica correspondência privada, de affecto e de confissão, que no artista verdadeiro, autor de uma obra ampla e pura, funciona de espelho na hora do balanço biográfico e da perspectiva crítica». E mais adiante, generalizando a todos os habitantes deste rectângulo ocidental da Península o que começou por lamentar nos Escritores, acrescentava: — «Mas o português, em geral, não tem o génio da carta. E não o tem porque lhe falta o condão da intimidade. Que paradoxo! Um povo tão caseiro, patriarcal e castiço, professor de saudade — e escreve tão pouco aos ausentes! Pouco e mal».

É sempre perigoso, nestes assuntos, tomar a parte que se conhece pelo todo que se ignora. E a verdade, em tal matéria, parece-me estar ainda comodamente instalada no seu poço bem profundo. Em primeiro lugar, não julgo que os Portugueses escrevam poucas e más cartas. Nem os Portugueses — nem as Portuguezas... E muito menos julgo que os nossos estilistas sejam inaptos para a «autêntica correspondência privada», tal como Vitorino Nemésio a definiu. Todos nós, que cultivamos, ainda e a despeito de tudo, um pouco de curiosidade por estas coisas, temos tido nas mãos ou sabemos da existência de vastas colecções epistolares de altos espíritos da Política, das Letras ou da vida social e também de simples curiosos ou boémios, e que nos dão galerias flagrantes de figuras e repositórios importantíssimos de factos, escritas num estilo simples, comunicativo, sincero e aliciante. Simplesmente — e aqui é que bate o ponto — essas colecções, ou por isto ou por aquilo, mantêm-se ciosamente guardadas, avaramente escondidas, nas mãos dos seus possuidores — até que, mortos estes, geralmente se extraviam, indo parar muitas vezes, vendidas a peso, à primeira tenda da esquina...

O Português, em geral, o que não tem — não é o génio da

carta, — é o gosto pela *coisa literária* — e que vai desde a leitura e releitura das obras-primas à curiosidade pelos bastidores da grande cena em que figuraram os Escritores de nomeada. Daí a relativa pobreza da literatura de Memórias (há ainda bastantes inéditas...) e da epistolografia privada. Exiguidade *impressa* — entendamo-nos. Porque existe — ou existia — por pastas, gavetas e baús, muita e muita matéria para enriquecer tal género, em que, aparentemente, fazemos figura de pedinte. Há arquivos particulares, por esse País fora, que encerram verdadeiros tesouros. A tal ponto que pode afirmar-se, sem receio, estar a História do nosso Século XIX — na Política, na Literatura, nas Artes, na vida de Sociedade — quase inteiramente por escrever. E quem, pacientemente e metódicamente, resolvesse o que a tal respeito existe, por exemplo, na Casa Palmela, em Moreira da Maia, nos espólios do Duque de Ávila, de Aires de Ornelas, de Eugénio de Castro, de José de Figueiredo, de Afonso Lopes Vieira, de Alfredo da Cunha, na própria papelada da Casa de Bragança (e cito perfeitamente ao acaso, entre os inúmeros exemplos que conheço e que poderia apontar...), talvez erguesse uma crónica dos últimos cem anos em grande parte muito ao contrário da que geralmente por aí corre.

Então se verificaria — de posse de milhares de cartas que estão arrecadadas de tal forma que é como se tivessem desaparecido para sempre — como certos homens, aparentemente mazombos, caturras ou conselheiros, sabiam, na intimidade de amigos e confrades, gargalhar, espaiar-se, divertir-se. Um Júlio de Castilho, um Rafael Bordalo, um Xavier da Cunha, um Sousa Viterbo, um Braamcamp Freire — e tantos, tantos outros — amavam a vida, a boa mesa, a ironia, a chalaça forte, o campo, a Arte e o próximo. Desenfasiavam-se nas hortas, quando lhes apetecia, — mas conservavam, apesar de tudo, a elegância de maneiras e o apuro moral. E isto revela-se muito bem nas cartas que escreviam uns aos outros (tantas me têm passado pelas mãos!), cartas vividas, sentidas, espontâneas, cheias de alusões graciosas e, aqui e ali, duma pontinha de ternura ou de malícia. Mas tudo está ainda inédito — e quanto se perdeu já!

Não vale, por isso, supor — não é, claro está, o caso de Vitorino Nemésio — que, em tal capítulo, a obra dos nossos Escritores se resume, como da de certo crítico de café, aliás superiormente dotado de espírito, dizia a má-língua de Fialho: — «Vinte e cinco cartas a vinte e cinco amigos pedindo-lhes vinte e cinco tostões emprestados». (Também há disso, que a História económica do nosso tempo um dia, porventura, registará...)

Nas gavetas desta secretária a que escrevo, tenho, neste momento, guardadas — *poenitet me!* — à espera de tempo para as estudar profundamente, algumas espécies bem curiosas dessa literatura de intimidade e cujo conhecimento contraria de certo modo as opiniões um pouco radicais — vamos lá! — do Prof. Vitorino Nemésio. São as cópias da correspondência de D. Joana de Vasconcelos e Meneses para seu marido D. Diogo de Lima, filho do

Visconde de Vila Nova de Cerveira, combatente na fronteira durante a Guerra da Aclamação, e que já alguém que tinha autoridade para tanto — Mestre Edgar Prestage — definiu como «sentidas cartas» de devoção conjugal; do *Diário* de Cristóvão Soares de Abreu, que, nosso diplomata em Paris ao tempo da *Fronde*, nos dá quadros e aspectos vividos no meio das barricadas dessa singular revolta de pés descalços e grandes damas; e maços e maços de cartas (emprestadas para meu exclusivo deleite ou para futuro prazer do público) de Ramalho Ortigão, de Jaime Batalha Reis, de António Sardinha. E todos esses papéis palpitam de vida, reflectem vida, transmitem vida. Há-os cerebrais, filosóficos, doutrinários; há-os vibrantes de paixão política e de iluminação patriótica; há-os graciosos, descritivos, subtis de ironia ou de meia-tinta. E sobre todos eles paira o gosto da existência e o culto da amizade.

Mas das já publicadas, outras há — além das de Antero, que Vitorino Nemésio distingue, e muito bem — que merecem, a meu ver, a classificação de *cartas naturais* e de *convivência sobrevivida*. Esqueceu-as, talvez, o douto Professor da Faculdade de Letras, que, aliás, não teve, decerto, a pretensão de esgotar o assunto numa dúzia de períodos escritos a correr para as colunas de um jornal. Refiro-me à correspondência já conhecida de Trindade Coelho (a que saíu juntamente com a Autobiografia e a que publicou Paulo Osório), que reputo exemplar no género simples, espontâneo e sincero, que marcou para sempre o estilo admirável do contista de 'Os Meus Amores' e do cronista coimbrão do 'In Illo Tempore'.

Por tal sinal que é numa das citadas cartas a Paulo Osório que se encontra, a quase dez anos de distância, a mais explícita e bem fundamentada condenação da República, tal como ela se implantaria entre nós, em 5 de Outubro de 1910. Vale a pena recordar os termos em que Trindade Coelho põe o problema. Escreve ele em 2 de Abril de 1901: — «Recebi a 'Província', recebi, — e até me ri com a sua referência ao meu *monarquismo*. Olhe que eu nunca dei fé que era monárquico, porque nem mesmo pensava nisso; — mas quando *me obrigaram a pensar*, vi que o era. Que diabo de república poderia fazer-se num país cujo povo não sabe ler?! O pobre do nosso povo, coitado, nem sequer está à altura do regimen representativo. Por isso temos um *absolutismo liberal*, e teríamos, com a república, uma república... absolutista! A *Democracia*, governo do povo pelo povo, onde isso vem ainda! As coisas são o que são, e não o que a nossa telha quer que sejam. Aqui tem o meu *monarquismo*. Como eu não desprendo as formas de governo das condições do povo que tem de as realizar ou de as aguentar, acho já um luxo este *regimen constitucional*, de que o Povo não percebe nada, — medrando à sombra dessa ignorância a *jesuitada*, sagrada e profana, que dá as leis. Coitado do povo! O que ele precisava é que o ensinassem. Depois, ele se governaria. Assim, governem-no *monárquicos*, ou *republicanos*, ele é que não governa. Leve o diabo teorias diante disto! *Tire pois o cavallo da*

chuva, e considere tão inimigos do povo os monárquicos que já hoje exploram a sua ignorância, como os republicanos, que desejariam explorá-la também... É tudo a mesma tropa; — e só a evolução, *pela instrução*, pode resolver problemas destes. Há-de ser o povo que o há-de resolver, o seu, depois de instruído. Antes disso, de que serviria que o «resolvessem» os *políticos*? Ele ficaria sempre o mesmo escravo, — e *senhores* os tais políticos. Isto é tudo mais simples do que parece, e a instrução a única chave destes problemas. Tudo o mais, retórica, especulação, poeira, — vaidade! Aqui tem a minha política...»

Muito curioso, não é verdade? Claro que, homem do Século XIX, Trindade Coelho pagava tributo à mitologia do seu tempo, e por isso julgava a instrução a «chave destes problemas». Hoje, decerto, não pensaria assim, pois está mais do que provado que o essencial é a *educação*, tanto moral, como cívica, com a qual muito pouco tem o *abc*. É sabido que, nesse campo, em 1901 — data da carta referida — a 1910 — data do advento da nossa *Democracia* — os comícios de propaganda e as campanhas de Imprensa, intensificando-se e multiplicando-se, só serviram para deseducar ainda mais o povo português, verifica-se como a profecia de Trindade Coelho se confirmou em cheio, — como se confirmou em cheio, porque o problema era visto do mesmo ângulo, a profecia de Eça de Queirós. Tivemos, efectivamente, uma *república absolutista* que foi uma *balbúrdia sanguinolenta*...

REVISTA DE PORTUGAL

FUNDADA EM 1942

 SÉRIE A — LÍNGUA PORTUGUESA

DIRECTOR — ALVARO PINTO

VOLUMES I A XI (N.º 1 A 55), ENC. EM PANO 100\$00 CADA UM
VOL. XII (N.º 56/60) — 120\$00 ☆ VOL. XIII E XIV (N.º 61/70 E 71/80)
— 180\$00 CADA UM — N.º 1/54 — 15\$00 CADA UM ☆ 55 E SEGUINTE
— 17\$50 CADA UM — VOL. XV — N.º 81 A 90 — EM PUBLICAÇÃO

HÁ UM PEQUENO NÚMERO DE COLECCÕES

— Capas de pano — 20\$00 e 25\$00 cada uma —

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Ordem de Serviço de 20 de Novembro de 1944

Recomendo que nos documentos a expedir por este Ministério os diversos Institutos e Serviços sejam designados por extenso, preterindo-se o confuso e inexpressivo sistema das iniciais. No «Diário do Governo» nenhum diploma será publicado com aquela forma de abreviação. — CAEIRO DA MATA.



NOTAS DE ARTE

O PRIMEIRO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE SILVA PORTO

1850-1950

Na transição da primeira para a segunda metade de Século XIX surgiu entre nós o germen da maior e mais nítida plêiade de Literatos, Pintores e Escultores que ainda houve em Portugal. Ela aparece como que a confirmar e absolutamente justificar a razão que, cerca de quinze anos antes, levava Passos Manuel a criar no nosso País as Academias de Belas Artes.

O grande estadista, ao tomar aquela patriótica e nobilíssima atitude, por certo não deixou de atender ao sentido elevado com que noutras nações as coisas do espírito se desenvolviam. Sobre-tudo havia de preocupá-lo a espécie de vácuo de algum modo existente em redor da obra de dois grandes Artistas nacionais: Domingos Sequeira e Vieira Portuense.

Com efeito, se a projecção próxima dos referidos Mestres ainda pôde enriquecer-se com pintores e desenhadores da categoria de João Baptista Ribeiro e outros, a verdade é que só depois de João Correia se verifica o mais ousado, o mais vasto e homogêneo conjunto de Artistas plásticos. Desse núcleo admirável faz parte Silva Porto, o invulgar Artista, o grande iniciador do ruralismo pictórico em Portugal, como justamente o Escultor João da Silva gravou na medalha comemorativa, cuja execução para este primeiro centenário lhe foi confiada.

António Carvalho da Silva Porto nasceu na capital nortenha a 11 de Novembro de 1850. Filho de humildes mas honrados trabalhadores, aos quinze anos incompletos iniciou os seus estudos na antiga Academia Portuense de Belas Artes, onde brilhantemente concluiu o curso de Pintura. No ano de 1873, em competição com Artur Loureiro, concorreu ao pensionato para estudar em França e Itália. Foi Ele o vencedor, e, na companhia do seu grande amigo Marques de Oliveira, em 1874, seguiu para Paris a fim de continuar a sua brilhante carreira.

A João Correia, o Mestre singular e consciente da antiga Academia de Belas Artes, cabe a honra de ter sido o guia dum conjunto admirável de Artistas onde sobressaía a figura genial de Soares dos Reis, que, rompendo barreiras, esclarecendo espíritos,

trouxe para o meio português as bases dum verdadeiro renascimento artístico. Por felicidade maior, o autor insigne do «Desterado», tinha por camaradas próximos dois raros temperamentos que, vivendo idênticos anseios, o acompanharam na acção benéfica e renovadora da Arte nacional: Silva Porto e Marques de Oliveira, dois Mestres que eram também verdadeiros e leais amigos. Foi principalmente do impulso levado a efeito por estes três notáveis Artistas que nasceu o rejuvenescimento da moderna Pintura no nosso País.

Soares dos Reis, que antes de deixar Portugal para no estrangeiro completar seus estudos já havia realizado trabalhos de rara beleza, em Paris e Itália não demorou em granjear a estima e admiração de quantos assistiram ao desenvolvimento das suas excepcionais faculdades criadoras. Foi esse ambiente admirável que Silva Porto e Marques de Oliveira foram encontrar principalmente em Paris. Na verdade, os mesmos louvores e consideração que bem depressa sobre eles próprios incidiam — porque dignamente e de maneira legítima os souberam merecer — mantiveram-se ainda, durante anos sucessivos na Escola e estúdios parisienses.

Silva Porto foi encontrar Paris em saudável efervescência. Corria o ano de 1874. Naturalistas e Impressionistas, em luta franca e impetuosa, combatiam a chamada Arte oficial e os homens do Instituto. As forças haviam-se dividido, mantendo-se dum e doutro lado grupos leais de aguerridos adeptos.

A Guerra Franco-Prussiana, que alguns anos antes durante meses havia afastado das escolas e outras actividades grande parte dos homens dos vinte aos trinta anos, fez com que alguns Artistas do revolucionário grupo fossem parar à Espanha, Holanda e Inglaterra. Do contacto com as obras primaciais da Arte espanhola, principalmente dos painéis magníficos de Goya e Velasquez, dos paisagistas holandeses do Século XVII, dos elegantes e originais retratistas ingleses do Século XVIII e principalmente de Constable e Turner, resultou um sensível acréscimo, uma espécie de estrutural confirmação das inquietações que havia mais duma dezena de anos vinham sentindo e realizando. Todo este singular conjunto de inquirições, junto a outras mais directamente vividas ante a perene e maior lição que a Natureza lhes oferecia, tornava cada vez mais firmes e ousadas as convicções dos jovens Pintores.

Silva Porto, sem de maneira alguma abdicar da sua forte individualidade, estudando cada vez com mais entusiasmo e consciência, aproveitou da luta apenas o que entendeu necessário ao desenvolvimento do seu espírito, que sempre procurou manter preso à Terra portuguesa. Com efeito, se as claridades luminosas de que sensivelmente iam sendo impregnadas as suas telas alguma coisa ficaram a dever aos segredos subtis desvendados pelos seus maiores da Pintura moderna, a verdade é que o Mestre singularíssimo da «Seara» nunca se deixou levar por exageros — tantas vezes fáceis —, procurando de preferência cingir-se ao melhor critério que uma nobre consciência lhe aconselhava.

Silva Porto procurava na Natureza ritmos expressivos e simplificações de forma sempre impregnados de luz, a luz calma que a sua sensibilidade e o próprio motivo exigiam. Então não se haviam esclarecido com a nitidez hoje em dia verificada certos princípios considerados fundamentais. Refiro-me às teorias adoptadas e largamente defendidas pelos Pintores da moderna geração que no emprego dos tons puros encontram algumas vezes estranhas harmonias. Nestas, evidentemente, não se procura a decomposição da luz, tanto do interesse dos Impressionistas.

Com efeito, a mancha colorida e vibrante era a razão maior exigida por Manet e seus camaradas de luta, que intensamente viviam revolucionários princípios, cingindo-os às mais adequadas formas científicas. Todavia já no último quartel do Século passado nova reacção vemos surgir no intuito de opor a certas violências do Naturalismo de Zola originais idealizações e mais firme ponderação nos rigores da forma. Deste movimento, ainda um tanto tímido, vieram, por vezes, construtivas inquietações, cuja projecção não demorou em atingir os principais centros artísticos europeus. Foram, portanto, as citadas teorias dos maiores da cor e do divisionismo a cederem o passo às novas realidades obtidas na expressiva justaposição dos tons puros.



Silva Porto, sem aprofundar os encantos subtis da nuance e do reflexo do reflexo, sem procurar a penetração do divisionismo dum Seurat, dum Signac ou do próprio Pissarro, conseguiu, à margem de estranhas e delicadas fosforescências, inundar as suas telas de luz, dando ao mesmo tempo à forma aquela expressão de força construtiva que os estetas e os filósofos do tempo ardentemente defendiam.

As tonalidades sombrias, hoje tão largamente acarinhadas pelos Pintores modernos, foram, pouco depois da sua entrada em Paris, completamente banidas da paleta e da retina, do notável Paisagista. Na Arte admirável que realizou, após a concepção magnífica da «Seara», não encontramos o menor vislumbre de depressivo espírito. A cor tornara-se límpida e ambarina como em Anders Zorn, o grande naturalista sueco. Aos aspectos saudáveis dum excelente optimismo, não deixa o Mestre admirável que se oponham os negros profundos e nítidos, por vezes trágicos de Greco e dos que, séculos depois, procuram à distância segui-lo. Estes, desprezando transferências nas sombras e sonoridades vibrantes na luz, prenderam-se mais aos contrastes violentos, às impressivas nódoas de verdes mais ou menos ácidos, aos fortes cinzentos, à vivacidade de luminosos amarelos e cantantes vermelhos.

É o sentido explicativo do objecto, contrariando o indefinido e o espiritual, colorindo estruturas de sólido aspecto e geométrico sentido.

A personalidade do Pintor insigne, à semelhança de Ramalho Ortigão, que foi dos seus primeiros e mais ilustres comentadores,

e como ele dos mais presos ao solo português, se de começo acompanhou as lições e parte da obra de Daubigny, seu Professor na Escola de Paris, sempre mais próximo se conservou de Paulo Potter, o Mestre inconfundível da paisagem holandesa do Século XVII.

Depois de muito estudar não só nas escolas francesas e italianas, mas ainda nas grandes pinacotecas europeias, que demoradamente percorreu, Silva Porto sentiu-se cada vez mais enraizado e um produto forte da sua Terra. De tão nítida sensibilidade e robusto querer havia de necessariamente brotar o Artista que, oferecendo originais sensações à Arte portuguesa, permitiu-lhe idênticas harmonias e não menos sólidos princípios. De certa maneira dava-se, afinal, uma espécie de regresso ou ligação às origens que desde Nuno Gonçalves e Vasco Fernandes se haviam perdido.

Pode, sem dúvida, dizer-se que foi Silva Porto o primeiro a reencontrar o caminho heróicamente traçado pelos Primitivos, pelos nossos maiores do Renascimento. Como eles, o Artista se prendeu ao clima português, realizando uma vasta obra, ao mesmo tempo saudável e repassada de lirismo.

A cor brilhante e simples, sem revelar as inquietações mais ou menos vividas pelos seus contemporâneos parisienses, de maneira íntima e superiormente se adaptava à simplicidade do próprio desenho. E se em numerosas das suas telas encontramos a atracção pelo Sol e seus magníficos revérberos, como na «Salmeja», «Condução do Rebanho», etc., não menos luminosos e de estrutural harmonia são os motivos realizados em tonalidades neutras.

Em todos os painéis que o Artista pintou, principalmente aqueles que vitoriosamente soube arrancar à terra portuguesa, verifica-se uma espécie de libertação ou vida ansiosa de novos rumos para um mais amplo e perfeito sentido da Pintura de paisagem.

Sendo Silva Porto um melancólico, dir-se-ia que era o próprio instinto a reagir, elevando-se no sentido de alcançar as claridades nítidas do Sol, procurando impregnar suas telas de salutar alegria. Era, sem dúvida, o mesmo fundo de eterna mocidade que raramente desacompanha os homens de génio. Como estes, não raro o Pintor elegia motivos de certo modo ao invés da sua quase permanente tristeza. Assim, a par da luz intensa das épocas calmosas do ano, aspectos da mais enternecida e ridente frescura primaveril. Evidencia-se a luz doirada e quente das longas tardes estivais a comungar com a graça florida e tenra das manhãs levemente orvalhadas dos primeiros meses da Primavera.



Como vão distantes os tempos! Como tudo ou quase tudo se transformou!

Há aproximadamente cem anos, em Paris iniciavam-se as primeiras tentativas do Naturalismo. Courbet, o *tapageur* genial, tra-



SEARA (*Arredores de Paris*)

ÓLEO. TELA DE 0^m,79 × 0^m,46. NO MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS

Por SILVA PORTO

'OCIDENTE' — VOLUME XXXIX — 1950



CONSULTÓRIO LINGUÍSTICO

Por AUGUSTO MORENO

1) Afirmaram-me que a raiz de uma palavra pode muitas vezes reduzir-se a uma simples letra. É realmente assim? — R. A.

R. — Sem a mínima dúvida. O «óvulo semântico» do vocábulo já, por via de regra, é morfologicamente muito reduzido. O ordinário é um *monossílabo*. Mas, se este pode em alguns casos alongar-se, em muitos outros, e ainda com maior facilidade, pode também contrair-se.

Assim, em *dar*, *dação*, *dado*, etc., a raiz, que inteira é *da*, reduz-se ao *d* inicial, em razão de *-ar*, *-ação*, *-ado* já serem sufixos, cuja vogal fez obliterar a da raiz.

Em *dedo* o mesmo acontece. A raiz, que é *dig-it*, uma aglutinação dos dois elementos latinos que podem ver-se em *digitus*, reduz-se à primeira consoante, porque o *-edo* já é sufixo representante do morfema *-ito*, proveniente de *-itus*. — O mesmo acontece ainda em *dor*, *dorido*, etc., à raiz *dol*, sofrer, do latim *doles,-ere*.

A *e* se reduz a raiz *ed*, comer, do latim *edo,-ere*, em o nosso verbo *comer*, que etimologicamente se decompõe assim: *com-e(e)r*, e em que o elemento médio é que representa a raiz.

Ao mesmo *e* se reduz também a raiz *ex*, fora, para fora, até o fim, de origem grega, em *ebulição*, *emergir*, *eliminar*, *emanar*, *evocar*, *enervado*, *erudito*, etc., palavras que, respectivamente, se decompõem assim: *e-bul-i-ção*, *e-mer-gir*, *e-lim-in-ar*, *e-man-ar*, *e-voc-ar*, *e-nerv-ado*, *e-rud-ito*, etc.

A *f* se reduz a raiz *fid*, ter confiança, em *fé*, e o mesmo *f* é elemento supérstite do verbo latino *fari*, e este do grego *phaô*, em *infante* e cognatos, *afável* e derivados, *prefácio*, e até em *fantoches* (com interferência italiana).

A *g* se reduz a raiz *ag*, levar, conduzir, em *cogitar* e derivados.

Ao mesmo *g* se reduz a raiz, *gan*, apetite, desejo, em *gança*, contracção de *ganância*, que aparece no português arcaico.

A *l* se reduz a raiz *ell*, aquele, originariamente *ill*, em *lo*, *la*, *los*, *las*, *leste*, *louro*, etc.

Ao mesmo *l* se reduz a raiz *leg*, reunir, escolher, ler, em *lenda*, *lente*, *lidimo*, *ler*, etc.

A *m* se reduz a raiz *germ* (cf. *germanus*), em *mano* e *mana*.

À mesma letra se reduzem as raízes *mag*, *mat*, *am*, *hom* e *min*, respectivamente, em *mordomo*, *matar*, *mavioso* (por *amavioso*), *menagem* (por *homenagem*) e *mister* (abreviação de *ministério*).

A *n* se reduzem as raízes latinas *ne* (donde *nec*), *nam* e *no* em *nem*, *não*, *nulo*, *nadar* e seus derivados.

A *p* se reduzem as raízes *pal* em *pá* e *paço*, *pan* em *pada* e *padeiro*, e *pulv*, em *pó*.

A *r* se reduz a raiz *hor* em *relógio* (de *horologium*), a raiz *rad*, em *rer* (contracção de *raer*) e *rés* (abreviação de *raso*), a raiz *ran*, em *rela* (do latim *ranella*, através da forma intermediária *raela*), a raiz *ren*, em *reira* (dor dos *rins*, do latim *renaria*) e a raiz *rid*, em *rir*.

A *s* se reduzem as raízes *es*, em *presença* e *presente*, *sed*, em *posse*, *possuir* e *sentar* (por *sedentar*, cf. *sedentário*) e *sign*, em *selo* e seus cognatos.

A *v* se reduzem finalmente as raízes *vig*, em *velar* (lat. *vigilare*), *vid*, em *ver* (lat. *vidare*) e *vel*, em *revir* (contracção de *revelir*).

Conquanto a redução seja o mais natural, como processo de simplificação das raízes, nem sempre, contudo, é o caminho por onde elas a tal fim enveredam.

Muitas vezes deixam de ser monossilábicas, e isso tem de acontecer, quando se tornam compostas por aglutinação, alongamento, justaposição, iteração ou tautossilabismo e hibridismo.

A forma originária, provinda do latim, do grego, do sânscrito, do hebraico, do turco, do persa, do tupi, do quimbundo, etc., raro a mantêm sempre pura.

Às vezes proteíam-se de uma maneira surpreendente!

Aqui, contraem-se, ali, alongam-se com incrementos e prefixos, além, corrompem-se, acolá, desfiguram-se, mais longe, reduzem-se, como vimos, ao elemento supérstite de uma única letra, e até excepcionalmente podem desaparecer!

Tal aconteceu, por exemplo, na forma actual do nosso artigo definido, em que já nada resta da raiz primitiva *ill*.

E o mais admirável é que ficando a palavra totalmente expungida do elemento significativo por excelência, do *semantema*, reduzindo-se a mero *acidente* ou *flexão*, nem assim o sentido lhe sofreu o mínimo prejuízo!

Curiosíssimo fenómeno esse da obliteração completa da raiz, substituída inteiramente pela desinência, e sem o menor detrimento da significação e funções, o que será porventura caso único não só no português, senão em todas as línguas românicas!



Temos as raízes puras *vid*, em *vidente*, *scult*, em *auscultar*, *cal*, em *calentura*, e *frig*, em *frígido*, vocábulos que se dizem *clássicos* (são os «mots savants» dos Franceses), justamente pela pureza com que as suas raízes os tornam *impecáveis*.

Mas isto é raro.

Em *ver*, corrompe-se a primeira das apontadas, que se reduz a *v*; em *escutar*, a segunda, que passa a *scut*; em *quente* e *quentura*, a terceira, que se reduz a *q*, embora representada por *qu*; em *frio* e cognatos de formação nacional, a quarta, que se reduz a *fr*.

Em *operoso*, temos a raiz *op*, alongada pelo incremento *-er*; em *hepático*, a raiz *hep*, alongada pelo incremento *-at*; em *hebético*, a raiz *heb*, alongada pelo incremento *-et*, todas em sentido progressivo.

Mas em *comitativa*, temos a raiz *it*, alongada pelo prefixo *com-*; em *consumir*, a raiz *sum*, alongada pelo prefixo *con-*; em *delir*, a raiz *l*, defluente do latim *leo* (verbo desusado), alongada pelo prefixo *de-*, agora todas em sentido regressivo.

Em *reivindicar*, justapõem-se e fundem-se as duas raízes *vin* e *dic*; em *mandar*, as duas *man* e *d* (este do verbo *dare*, no latim); em *manobra*, as duas *man* e *ob* (a segunda do *op* do lat. *opera*, por abrandamento do *p* em *b*).

Em *mamã*, *papá*, *murmúrio*, *burburinho*, *cucuricar*, *tatalar*, etc., temos raízes iteradas ou tautossilábicas, que a repetição dualiza, como nos fenómenos vulgares de redobro.

Diz-se raiz *primária* a raiz *primitiva*; *secundária*, a que deriva de uma *primária*; e *terciária*, a que procede de uma *secundária*.

As raízes *cruc*, *div* e *dol*, em *cruciante*, *divino* e *dolente*, são *primárias*.

As raízes *cruz*, *De* e *d*, em *cruzeiro*, *Deus* e *dor*, são *secundárias*.

A raiz *pag*, em *pagar*, decorrente de *pac*, sofrer que emanou de *pang*, fixar, é uma raiz *terciária*.

As *secundárias* são-no em relação às *primárias*, e *primitivas* em relação às *terciárias*.

As raízes portuguesas, tirante algumas oriundas do tupi e do africano, são naturalmente *indo-europeias*.

Dizem-se *universitárias* aquelas que, procedendo do *indo-europeu*, subsistem em todas as línguas desse ramo glotológico, não obstante quaisquer alterações maiores ou menores impostas pelo génio especial de cada uma.

Dêmos a conhecer mais algumas:

A raiz *a*, uma das mais simples, e que significa *afastamento*, aparece

no prefixo vernáculo de *alagoa*, palavra que etimologicamente se decompõe nos elementos *a-lag-oa*.

Veio do latim *ab*, e este do grego *apó*, que perdeu o *o* final, abrandando o *p* em *b*, que também por fim se obliterou.

Na forma *ab-* do prefixo latino, temo-la em *abjurar*, que se decompõe nos elementos *ab-jur-ar*.

Na forma *abs*, também latina, vê-se em *abster*, que se decompõe nos três elementos *abs-t-er*.

Na forma *apo*, do grego *apó*, apresenta-se-nos em *apogeu*. palavra constituída pelos dois elementos *apo-geu*.

Na forma actual de *af*, do grego *apho*, alteração de *apó*, em *afélio* e *aférese*, respectivamente decompostos em *af-(h)élios* e *af-ére-se*.

E ainda reveste a forma *au*, em *aufferir* (*au-fer-ir*), caso único em português, do latim *aufferre*.

A raiz *ac*, ser pontudo, que aparece em *ácido*, *acético*, *acre*, *acervo*, etc., (*ác-ido*, *ac-ét-ico*, *ac-re* (por *ac-er*, com metátese), *ac-ervo*,...) reveste as formas *ax*, em *ax-e*, eixo), *ag*, em *agulha*, *agudo* (*ag-ulha*, *ag-udo*) e *az*, em *azedo* (*az-edo*, do lat. *acetu*-).

A raiz *ag*, levar, conduzir, veio do latim *ago*, *agere*. Temo-la em *ágil*, *agitar*, *adágio*, *ambages*, *indagar* (*ág-il*, *ag-it-ar*, *ad-ág-io*, *amb-ag-es*, *ind-ag-ar*), etc.

Perde o *a*, reduzindo-se a *g*, em *cogitar* (*co-g-it-ar*).

Corrompe-se em *ig*, em *exigir*, *exíguo*, *pródigo*, *redigir*, *mitigar*, etc. (*ex-ig-ir*, *ex-ig-uo*, *pród-ig-o*, *red-ig-ir*, *mit-ig-ar*, etc).

Toma a forma *ac*, em *acto*, *acção*, *actor*, *actriz* (*ac-to*, *ac-ção*, *ac-tor*, *ac-triz*) e seus derivados.

E como sufixo, assume ainda a forma *-ígio*, em *remígio*, *litígio* (*rem-ígio*, *lit-ígio*), etc.

Embora difícil este estudo das raízes é tentador. Pôr-se a gente a dissecar anatomicamente uma palavra, e ser capaz de a dividir em todos os seus elementos significativos e morfológicos é realmente alguma coisa.

Mas é tentador. Pôr-se a gente a dissecar anatomicamente uma palavra, e ser capaz de a dividir em todos os seus elementos significativos e morfológicos é realmente alguma coisa.

A verdadeira análise lexicológica tem de consistir nisto e profundar-se desta maneira, sob pena de uma pessoa só conhecer as palavras da sua língua *por fora*, o que não é bastante para quem possua a verdadeira curiosidade etimológica, e por meio dela o propósito de a dominar com profundeza e absoluta segurança.

A raiz de uma palavra, que é o seu embrião anatómico, é também o seu *semantema*, por excelência. Nela se contém, por conseguinte, a ideia fundamental dessa palavra e tudo o que é ponto de partida para a *derivação*, isto é, para a proliferação dela em conjunto de vocábulos, que constituem o que se diz uma *família de palavras*, a que em gramática se dá o nome de *cognatos*.

Tais *cognatos* são vocábulos coirmãos, e aquilo que os irmana é justamente a mesma *identidade de origem*, de que a raiz se constitui o índice básico.

Neste trabalho delicado e às vezes difficilimo de pesquisa das raízes das palavras, é sobretudo admirável verificar como o povo, que na sua quase totalidade é de insipientes, consegue, por instinto que chega a parecer um *sexto sentido*, a prática naturalíssima das múltiplas operações da derivação vocábular, sem infringir nenhuma das normas ou preceitos que constituem os padrões de formação do léxico, o que tudo vem demonstrar, como o fez Bopp com os seus estudos glotológicos, que a LINGÜÍSTICA é uma ciência biológica, sujeita a fenómenos constantes e a relações de causalidade, que não podem averbar-se senão de verdadeiras leis.

ADQUIRA O 'CANCIONEIRO DA BIBLIOTECA NACIONAL' — ANTIGO COLOCCI-BRANCUTI, DE QUE JÁ FOI PUBLICADO O VOLUME I (408 + 80 PÁGINAS DE FAC-SIMILE) PELA 'REVISTA DE PORTUGAL' EDIÇÃO COMUM — 150\$00; EDIÇÃO ESPECIAL — 250\$00



BIBLIOGRAFIA

LIVROS INGLESES — XI

Com o intervalo de mais de ano e meio, recomeço agora as minhas notas sobre Literatura de Língua Inglesa, notas escritas à margem de Livros não directamente escolhidos, e muito menos para a demonstração de qualquer tese, e aceitando o motivo exterior da sua leitura, a obrigação de corresponder ao interesse que por esta crítica portuguesa possam ter os Autores e os Editores e Livreiros do Mundo Britânico.

Crítica portuguesa, com todas as deficiências naturais de informação, os defeitos e também as qualidades e o particular interesse de uma reacção sincera, leal e amiga mas não menos pessoal e independente, por isso, de um homem de uma outra cultura nacional.

Se algum interesse estas notas críticas podem vir a ter no futuro será precisamente esta de mostrarem uma reacção compreensiva e amiga entre dois espíritos nacionais diversos mas não opostos e que devem ser aliados na luta pela reconstrução de um Mundo ameaçado por todas as subversões e já oprimido e transviado por muitos inimigos da Civilização.

Ao retomar esta actividade, que desejo ir coordenando com a outra de crítica de Livros Portugueses, assim mais valorizando o seu principal intuito, lembrei o que escrevi em Maio de 1949. E vejo que tornou mais urgente ainda o apelo feito o que desde então aconteceu no Mundo, tudo o que poderemos sintetizar e definir como a crescente ofensiva contra a Civilização e a sua base, necessária e admirável, a dos grandes conjuntos Super-Nacionais unidos por uma Cultura, e recriando-a, e uma Linguagem e uma Literatura, que a exprimam e impulsionem.

O futuro do Mundo, a paz e a ordem humanas, e a Civilização, dependem essencialmente da persistência, inteira vitalidade e natural e forte desenvolvimento de três grandes Culturas Super-Nacionais, a Lusítada, a Hispânica e a Britânica. Só essas três Culturas Superiores directamente se prolongaram e estão desenvolvendo na *Quarta Parte Nova*, no eixo continental dos dois grandes Oceanos, as Américas, na designação imprópria mas já inevitável que reúne os Novos Mundos *criados* pela acção dos Descobrimentos.

E este destino histórico, feito de vontade e persistência invencíveis, de intuição e inteligência, parece bem próprio a demonstrar a necessária coordenação de esforços das Culturas Nacionais que, em exclusividade, entre si dividiram o Continente sem passado próprio, o Continente do futuro.

Não pode haver erro mais grave na vida política internacional do que opor esses três grandes conjuntos Super-Nacionais, tentar dividir qualquer deles, diminuir a sua força, desconhecer-la ou menosprezá-la. Infelizmente, salvo a nossa excepção admirável, muito desse grave erro vemos geralmente permanecer ou agravar-se e, mais desgraçadamente, impor-se a quem maior interesse deveria ter na aproximação, de amizade leal e compreensiva, com a Espanha, uma das três Nações em que se alicerçou a Nova Civilização, Atlântica.

Mas se a Política não é apenas inferior, variável e momentânea concretização de movimentos da opinião pública, sem sentido verdadeiro ou adrede preparados; se a Política é alguma coisa de grande e útil, necessariamente será a realização do pensamento dos homens superiores, conscientes do que

impõe a História vivida e do que deve ser a obra de Civilização que nela tem as mais fundas raízes.

Por muito pouco, por muito modesta que seja, assim, a contribuição de qualquer Escritor para a defesa e desenvolvimento das três Culturas Super-Nacionais Oceânicas e a sua coordenação e mútuo respeito das benéficas diferenças que as separam, de algum proveito será para a Política necessária e a livre e fecunda evolução criadora das forças espirituais que ela, acima de tudo e contra os inimigos todos e utopias, deve servir.

De uma justa e proba actividade intelectual nunca se perde o efeito, embora demorem muitas décadas, ou mesmo séculos, as grandes realizações, antes pensadas, e tenham de, primeiro, sofrer a prova de todas as oposições e muitos desastres dolorosos.

Uma Cultura Nacional, com a sua evolução literária que principalmente a exprime e anima, é uma unidade viva em que se integram, sem se diminuírem, as livres criações individuais e as condiciona, requer e provoca, e de certo modo, mesmo, determina.

Difícil é, na verdade, muitas vezes, conhecer essa íntima e fecunda ligação entre uma Obra literária, cujo principal motivo é necessariamente o engenho de um indivíduo superior, e a evolução da Literatura a que pertence, a realidade cultural, mais vasta, em que ela se integra e transforma e acrescenta mas não pode jamais negar nem mesmo, se a Obra é válida, nunca, talvez, contrariar.

Difícil mas possível sempre e muito necessário, mesmo para a perfeita compreensão de qualquer grande Obra literária em si própria. Assim a Crítica e a História da Literatura se conjugam para facilitar ou intensificar a revivescência das Obras de Poesia. E natural e benéficamente se auxiliarão também da Biografia, dentro dos limites em que pode uma *Vida* interessar à compreensão de uma Obra, e de todos os muito numerosos géneros da História em geral.

O perigo está apenas em que a Biografia ou a História ou, pior, qualquer dos seus aspectos particulares sejam super-valorizados e escondam a perspectiva própria da compreensão literária de uma Obra de Literatura, a compreensão integral e essencialmente humana da obra mais humana de todas as obras do Homem, a revivescência compreensiva da obra mais pessoal de quantas um indivíduo pode realizar.

Bem tristes e muito numerosos e variados são na Época Moderna os exemplos deste desvirtuamento da compreensão das Obras Poéticas pela hipertrofia de quanto deve auxiliar mas jamais diminuir a verdadeira actividade, indispensável, da Crítica Literária.

É por isto mesmo da maior satisfação a leitura de uma Obra de Crítica em que se conjugam, mutuamente se valorizando e sempre conduzindo à compreensão e melhor revivescência de uma Obra literária e do génio pessoal que a criou, as mais diversas actividades do historiador e biógrafo.

Esta satisfação nos dá a leitura da breve mas muito valiosa Obra de crítica de:

NORMAN G. BRETT-JAMES — *‘Introducing Chaucer’* — George G. Harrap & Co. Ltd. — Londres — 1949.

Em pouco mais de cem páginas de texto o Autor conseguiu sintetizar numerosos e seguros conhecimentos de historiador e fazer que eles sirvam sempre a perfeita compreensão da Obra literária que finalmente analisa com penetrante lucidez e inteligente amor de Crítico verdadeiro.

A mais vasta ciência do historiador serviu, assim, a finalidade e a obrigação da Crítica Literária, jamais as esquecendo. Tornou, por isto, melhores e extensivas a maior número de leitores as possibilidades naturais de revivescência da Obra do grande Poeta, verdadeiramente grande Poeta Geoffrey Chaucer.

A simples enunciação dos onze capítulos deste Livro talvez bastasse para se avaliar a variedade e interesse dos meios de conhecimento e de informação histórica empregues na melhor aproximação da realidade permanente

que é o valor de uma Obra literária. Mas não mostraria o seu melhor êxito, a constante combinação desses processos de esclarecimento, nem alguns dos seus mais perfeitos e justos resultados. Assim, no primeiro capítulo, «Chaucer e o seu tempo», vemos a História Geral e a da Literatura e da Linguagem, combinadas, mostrarem-nos o que requeria e provocou o aparecimento de uma Obra Poética, directa e natural expressão do primeiro surto do Nacionalismo inglês e sua inicial realização, a de uma Linguagem.

Esta exigência da força íntima, criadora de uma Nação, teve uma resposta, como sucede quase sempre, não fatalmente mas por milagre do génio, o qual antes de criar sente o que é preciso criar, e por cumprimento dos grandes e altos destinos, sempre unidos estreitamente, dos homens superiores e das suas Pátrias. Teve uma resposta perfeita na obra de Chaucer. E assim pôde o Crítico justificadamente concluir, no seu capítulo final: «Chaucer's capacity for prose and verse, for satire and fun, for tales serious, tragic, comic, or pathetic, enables him to render to the language of this country much the same service that Dante rendered to that of Italy».

Poderia também concluir, com maior largueza do pensamento crítico, e apenas como síntese de que antes demonstrou, que essa Obra foi também a que naturalmente requeria a vida, o carácter, as aspirações da Nação que se estava formando e que, assim, também Chaucer elevou e fixou, para constante, imperecível influência na sua História inteira, muito do génio nacional inglês.

A vida social do Século XIV, a cidade e o campo, a pequena «Londres de Chaucer» e a vida rural do seu tempo; as ameaças de ruína do agregado nacional em formação, que foram a praga da Morte Negra e a revolta vermelha dos camponeses; o choque inicial entre a Igreja, e seu pensamento e autoridade superior, e uma tendência do carácter inglês e primeiras manifestações das ideias reformistas, os «Prelúdios às Reformas»; tudo isto encontrou expressão em Chaucer e em parte explica a sua Obra. Explicam-na também, não menos, as influências literárias, e com elas de outras forças espirituais, recebidas por Chaucer da França, de Itália e da Cultura Antiga, Greco-Latina. Recebidas e mesmo procuradas mas logo assimiladas e refeitas segundo o carácter inglês já muito forte e um génio nacional em formação para que tanto contribuiu a obra de Chaucer.

Tudo isto nos mostra, com seguros e abundantes elementos, o livro de Norman G. Brett-James.

Mas também não esquece, e é este o seu melhor elogio, que sempre uma Obra Poética superior, concretizando todos esses elementos nacionais e elevando-os pela acção de um génio pessoal, os fixa e perpetua mas também eleva e transcende, tornando-se válida para toda a Humanidade e para todas as épocas.

Os quatro capítulos finais, dedicados à análise crítica da mais alta e perfeita das Obras de Chaucer, «The Canterbury Tales», ao seu poder narrativo e poético, a cada um dos caracteres que fixou em figuras inolvidáveis, a algumas das qualidades mais pessoais e profundas e verdadeiramente raras dessa colecção de contos, levam à natural conclusão sobre o máximo Poema de Chaucer: «Like all great literature, the *Canterbury Tales* are eternal and not momentary».

Eterna é toda a grande Obra de Literatura e a continuidade no aparecimento dessas Obras o mais claro sintoma da vitalidade plena de um Povo e a maior força actuante na sua evolução.

Todas as grandes Obras de Literatura, que, para o serem, devem estar necessariamente animadas de força poética, ainda que aparentemente Obras de Crítica. Mais em especial aquelas Obras em que a força poética se manifesta em sua totalidade e se exprime com a perfeição da linguagem sacra, e de arte, que lhes seja adequada, o verso, nas suas formas as mais variadas, expresso e aparente ou constituindo a subestrutura de uma prosa musical. Particularmente nas Obras de Poesia.

Continuidade impressionante a do aparecimento, ao longo de seis séculos, desde Chaucer até hoje, de grandes Obras de Poesia na Literatura de Língua Inglesa.

Também neste aspecto se revela a semelhança com a igualmente poderosa evolução da Literatura de Língua Portuguesa. Os momentos sucessivos de apogeu destas duas Literaturas nem sempre coincidem mas em cada uma delas representam, de idêntico modo, o cumprimento de ciclos naturais de uma evolução característica e de uma constante força criadora, não interrompida por qualquer decadência própria mesmo quando entram em *decadência* os movimentos espirituais que animam cada um desses naturais ciclos.

O momento último do grande movimento espiritual e literário do Romantismo, no qual coincidem as suas formas de decadência e dissolução de valores, a sua realização mais profunda, com o Simbolismo, e a tríplice tendência, para um Neo-Romantismo, para uma outra reacção Neo-Clássica e para um mais alto e vasto Humanismo que não recusa o impulso anterior do Século Romântico mas o transcende e não renova porque desnecessário, tem, por igual, nas duas Literaturas os mais altos representantes.

Neste sentido particular de complexa expressão de um grande momento literário e por seu próprio e perene valor poético tem o maior interesse a Obra de

EDITH SITWELL: *'The Canticle of the Rose'* — Selected Poems 1920-1947 — Macmillan and Co. Ltd. — Londres — 1949.

Já nestas breves notas críticas sobre Livros Ingleses tive ocasião de me referir ao Poema de Miss Edith Sitwell *'The Shadow of Cain'* e ao seu Livro de Crítica, e de alta poesia também, *'A Notebook on William Shakespeare'*. Melhorei agora o meu conhecimento desta nobre e grande Escritora, com a leitura de todos os seus essenciais Poemas feitos entre 1920 e 1947 e reunidos sob o título, admirável, e de fundo simbolismo, *'The Canticle of the Rose'*.

Os estudos e referências críticas até mim chegados, embora de louvor, não me satisfazem nem permitem situar a sua complexa e alta figura literária no movimento real da Poesia Inglesa, e na sucessão evolutiva das gerações e das Obras que para ele contribuem.

Tentá-lo eu próprio, com a deficiente informação de um estrangeiro, seria audácia excessiva. No entanto, direi que me parece essencial para a compreensão da sua Obra e, através dela, também do que há de mais válido na moderna evolução da Poesia de Língua Inglesa, estudar como nessa Obra coincidem aquelas persistências do Romantismo e aquelas tendências novas e contraditórias que marcam o seu final.

Miss Edith Sitwell pertence à geração, nascida ao redor do ano de 1890, que foi de todas a mais experimentada na primeira guerra mundial e sofreu heróicamente ou padeceu dolorosamente o choque moral dessa inesperada catástrofe.

É a geração dos Poetas levados em plena juventude, pela guerreira morte, Rupert Brooke, o de alma heróica, Alan Seeger, o que não faltou, por nobreza, ao seu *«rendez-vous com a Morte»*, Wilfred Owen, o que escreveu:

«Courage was mine, and I had mystery».

Mas é, ainda mais caracteristicamente, a geração dos que ficaram marcados pela dor da guerra e não mais a esqueceram e não puderam, talvez devido à inutilidade trágica de tantos sacrifícios, superá-la e recriar uma certeza humana, a geração de Siegfried Sassoon e Robert Graves e Edmund Blunden e também de T. S. Eliot.

É a geração final do Romantismo e que não o superou e em grande parte padeceu a sua decadência (é o caso de T. S. Eliot nos poemas líricos escritos antes da sua reacção Neo-Classicista, que aliás, não o transcende e repõe a sua necessidade espiritual) e em que muito do que constitui a dissolução dos valores românticos diminuiu a força, a beleza e a perfeição necessárias das Obras de alguns verdadeiros e mesmo grandes Poetas.

Muito do que constitui essa dissolução de valores do Romantismo, a originalidade procurada, a insuficiente disciplina de arte, a incerteza e vago das ideias, o preciosismo e insinceridade *literária* da expressão, ecoa nos primeiros Poemas de Miss Edith Sitwell, onde se nota um intencional simbolismo sem

profundo motivo e, antes, de influências exteriores. O que não quer dizer não tenha o seu grande talento conseguido realizar Poemas perfeitos mesmo nesta sua fase inicial, tais como: «Clown's House» e «By the lake» (em demasia verléniano) e outros.

Mas julgo-os apenas preparação necessária para a Grande Poesia já inteiramente revelada no Poema «The Sleeping Beauty» de que todos os quinze excertos recolhidos no volume têm poder e beleza, elevando-se o 5.º e o 9.º a uma altura exemplar.

E desde então, com mais ou menos fundura, de grande Poesia é sempre, ou quase, a obra de Miss Edith Sitwell. Nos Poemas anteriores a 1940 distingo o impressionante «Colonel Fantock» e principalmente as «Três Elegias Rústicas» e «Romance».

O Poema «Gold Coast Customs», apesar de tão louvado, na Crítica do grande Poeta simbolista W. B. Yeats, parece-me um retrocesso ou uma contaminação do moderno decadentismo, que a Autora já superara.

Todos os Poemas posteriores a 1940 são porém, de um grande Poeta que encontrou a sua expressão definitiva, a perfeição de uma forma própria e a mensagem profunda e verdadeira que a sua alma tinha para nos dar.

Um poderoso e subtil Neo-Simbolismo que já transcende a decadência romântica, tal me parece a definição exacta desta Poesia no movimento literário do Mundo e Cultura de Língua Inglesa.

O que anima este Neo-Simbolismo é um sentimento profundo e constante da Morte, a do indivíduo e a da Natureza, a do Amor e a do Mundo Humano em que vivemos.

Sentimento da morte não, no sentido mais comum, de fim e desaparecimento, e muito menos, por seu Espiritualismo, dissolução no inconcebível *Nada*. Entorpecimento da seiva que um dia floriu; adormecimento no *Frio*, palavra que ganhou um imenso poder simbólico na Poesia de Miss Edith Sitwell. A ameaça de uma era glaciária para os homens. A cíclica fatalidade que sempre aguarda o que foi *primavera* e amor, *fogo* de paixão e *ouro* de sonhos, *seiva* ou *sangue*, chama de esperança, ou de ambição.

Coincide com este sentimento da morte, e o intensifica, uma espiritualização do que é ou foi matéria viva. Os ossos e as cinzas dos Mortos, têm lembrança, vivem uma saúde, falam a este Poeta do que foi e do que esperam.

Esta esperança está de acordo com o seu profundo Cristianismo. É a da Ressurreição da Carne. Mas nunca talvez antes se tenha intensificado e alargado tanto este profundo sentimento possível num Poeta Cristão.

Umaz vezes lamento do que foi e não mais será, outras aceitação ou alegria do que é possível ressurgir ao calor do Eterno Sol.

Uma só grande mensagem mas complexa, variada com um enorme poder artístico é a deste grande Poeta. Mensagem natural de quem se formou com o espírito romântico e sofreu a primeira, funda e triste desilusão, a da primeira guerra mundial, viveu entre duas catástrofes e sente a ameaça de total subversão da «era atómica» expressa e redimida nos últimos Poemas deste livro.

Ele acaba, no entanto, com uma voz de esperança que não vem dos Homens, que desce do Céu, «The Canticle of the Rose»:

«But high upon the wall
The Rose where the Wounds of Christ are red
Cries to the Light
'See how I rise upon my stem, ineffable bright
Effluence of bright essence. ... From my little span
I cry of Christ, Who is the ultimate Fire
Who will burn away the cold in the heart of Man. ...»

Toda a força espiritual do Romantismo e sua expressão mais alta, com o Simbolismo, se renovaram nesta grande Poesia Neo-Romântica, sem dúvida uma das mais altas da actual Literatura de Língua Inglesa.

EDIÇÕES DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS — É verdadeiramente notável o intenso probo, consciente e fecundo da Agência Geral das Colónias em prol da Cultura e de uma cada vez mais forte consolidação do legítimo espírito imperial que a todos os Portugueses compete venerar e engrandecer.

E não se trata apenas de Opúsculos, de rápidos estudos ou sumários de acontecimentos. Os oito volumes que se juntaram para resenha nesta secção são volumes de grande tomo e, sobretudo, de larga, lúcida e profunda investigação.

'*Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente*'. António da Silva Rego deu-nos agora os 3.º e 4.º volumes relativos à Índia, respectivamente dos períodos 1543/47 e 1548/1550. Continua-se a exaustiva Documentação que há-de preceder o 2.º volume da '*História das Missões*', servindo de fontes, além de outras, as '*Epistolae S. Francisci Xavierii*' e '*Documenta Indica*', o '*Archivo Português Oriental*' e a '*Vida de D. João de Castro*', de Jacinto Freire de Andrade. Depois da Torre do Tombo foi a Biblioteca da Ajuda que forneceu os principais documentos, reproduzidos muitos na íntegra e outros em resumo do mais substancial. Por enquanto, tudo diz respeito apenas à Índia, ficando para posterior publicação os relativos a Ceilão, Molucas, Malaca, etc. Como nos anteriores volumes, auxiliam a consulta minuciosos Índices: geral, geográfico, onomástico e ideográfico.

'*História económico-financeira da Índia Portuguesa*' — Antes deste extenso trabalho de 620 páginas já o seu Autor, J. B. Amâncio Grácias, havia publicado '*Subsídios para a História Económico-financeira da Índia Portuguesa*', 1919 e '*Estatística decenal dos Impostos e Contribuições deste Estado*', 1912. O presente volume é, portanto, o resultado de longa e documentada preparação e resultou de grande mérito para quem deseje examinar a evolução económico-financeira daquele Estado português no período 1910/1947. Os primeiros capítulos são de oportuna evocação histórica e desde o XVII em diante examina-se o Acto Colonial e suas consequências. O Autor, que foi Director da Fazenda na Índia, analisa com proficiência a nossa rede tributária, fazendo uma eloquente história do Imposto, e preconiza a conveniência de sua reforma. Termina este 1.º volume da obra prevendo uma forte revivescência industrial do longínquo Estado agora tão discutido.

'*Timor na História de Portugal*' — O segundo volume da obra que Luna de Oliveira escreveu vai de 1860 até ao termo do Governo de Celestino da Silva, cuja acção provocou no tempo as mais desencontradas opiniões e só agora começa a ser apreciada com serenidade e talvez maior justiça. Luna de Oliveira descreve com agradável simplicidade e, por isso, a sua História lê-se com o maior aprazimento, tanto mais que a orienta sempre a nobilíssima Causa dum Portugal eterno eminentemente civilizador. Completam o volume nítidas gravuras de plantas e mapas concernentes ao assunto.

'*Macau e a Assistência*' — José Caetano Soares, médico do Leal Senado e da Misericórdia de Macau desde 1916 a 1937, dedicou-se a trabalho árduo querendo arquivar em livro os documentos que melhor representassem o panorama médico-social da Assistência na longínqua terra macaense. Mas conseguiu-o com brilho e galhardia. O presente volume de 540 páginas contém o que de mais completo se tem publicado sobre a matéria, com boa ordenação desde as primeiras bases da Assistência e a obra do bispo D. Belchior Carneiro, fundador da Misericórdia, e estilo corrente. É sugestiva a parte histórica e de vivo interesse tudo quanto José Caetano Soares foi anotando a respeito do meio clínico de Macau, hospitais militares e boticas. Quanto ao desenvolvimento da Misericórdia, onde persiste o principal centro de Assistência, podemos acompanhá-lo através de Contas e resoluções administrativas, percursoras da prosperidade que hoje disfruta. Numa segunda parte, o Autor trata da Medicina e sistemas médicos na China, das relações de Ribeiro Sanches com os Padres Jesuítas de Pequim, do Padre João de Loureiro e da *Flora Cochinchinensis*, além doutros assuntos correlativos. Várias gravuras ilustram o volume. Neste, como noutros da Agência Geral das Colónias, nota-se a falta de um Índice de Ilustrações, que muito ajuda sempre o leitor. A excelência das edições e o meticuloso cuidado com que são organizadas merecia que se evitasse essa falta. E, por isso, é que ousamos indicá-la.

'*O Distrito de Moçâmedes nas fases da origem e da primeira organização*' — No Sul de Angola é, sem dúvida, o saudável, distrito de Moçâmedes o mais adiantado em colonização e espírito civilizador. Para o demonstrar, e servir ao mesmo tempo de comemoração do primeiro centenário da fundação do progressivo distrito, escreveu Manuel Júlio de Mendonça Torres este volume de 536 páginas abrangendo os três seguintes períodos: o da descoberta, da conquista e do monopólio comercial; o da dependência do Brasil e do desenvolvimento do tráfico; e o moderno, com predomínio das ideias da liberdade do comércio, da navegação, do trabalho livre, ou seja de 1485 a 1859. A par da acção do Estado, salienta-se a acção dos laboriosos e decididos emigrantes de Pernambuco que tanto contribuíram para a formação do Distrito e desenhava-se com nítido relevo o panorama económico daquela magnífica zona angolana. Não se esquece o Autor de colocar em quadro de honra os nomes dos fundadores do Distrito e de pedir para as indústrias marítimas de Moçâmedes estímulos, protecção e auxílio, a fim de melhor poderem exercer os rudes trabalhos que tomaram a peito e são dos mais futuros de Angola. Também neste volume falta um índice das esplêndidas gravuras que o enriquecem.

'*Arquidiocese de Lourenço Marques*' — O esforço missionário português, agente indelével do apostolado cristão que vai fazendo pouco a pouco das nossas Colónias aglomerados humanos conscientes, pode apresentar já estatísticas altamente honrosas e nobilitantes, sobretudo depois que a maior facilidade de comunicações permitiu a descentralização da acção da catequese e da escola. Dantes, era necessário chamar os indígenas para junto das Missões, concentradas em pontos fixos. Hoje, deslocam-se os Missionários às povoações indígenas e aí exercem a sua obra sagrada de ensino e preservação moral. Com a catequese, o missionário procura formar nos nativos o espírito cristão que os civilizará; com a escola desbrava-lhes a inteligência ensinando-lhes a Língua Portuguesa e o Culto por Portugal. O volume que temos diante de nós sumaria os trabalhos das Missões que funcionam nos Distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane e outras Instituições anexas, mostrando que desde 1926 se nota um considerável aumento de alunos, nas escolas missionárias, a bem da formação cristã e do prestígio de Portugal. No final, numerosas ilustrações.

'*O Trabalho Indígena*' — Tem já uma extensa bibliografia o problema do trabalho nas Colónias, principalmente depois que a abolição da escravatura colocou a mão de obra como em plano de continuas e graves preocupações. Mas nem por isso deixam de ter o maior interesse trabalhos como o do Prof. J. M. da Silva Cunha, em que, além de se estudar com minuciosa proficiência o Direito colonial do trabalho, se repelem velhas acusações a respeito do regime de trabalho das populações indígenas das Colónias portuguesas. O Autor analisa as normas do Direito colonial internacional até 1939 em toda a 1.^a Parte do seu livro e ocupa a 2.^a com o Direito Colonial português relativo ao trabalho indígena, desenvolvendo em especial o sistema de 1899 e depois o Código de Trabalho de 1928 e leis posteriores. Matéria densa e especializada é, no entanto, referida com a maior singeleza e metódica objectividade. Concluindo, o Autor diz, a respeito do Direito Colonial do trabalho, que é necessário conservá-lo para bem das populações indígenas, mas afeiçoando gradualmente as suas normas em função do desenvolvimento dessas populações, nomeadamente no que respeita ao trabalho obrigatório.

A. MENDES CORREIA e CARLOS TEIXEIRA — '*A jazida pré-histórica de Eira Pedrinha (Condeixa)*' — Encontrada esta estação pré-histórica numa excursão geológica nos arredores de Condeixa pelo Prof. Carlos Teixeira, foi logo decidido fazerem-se as escavações necessárias, a fim de procurar tudo quanto pudesse interessar à Ciência. Fez-se a exploração da caverna pré-histórica, conhecida pelo nome de «Covão d'Almêda» e daí resultou esta monografia constituída por duas partes. Na 1.^a o Prof. Carlos Teixeira descreve a situação, condições da jazida e o material arqueológico, constituído por objectos de pedra, objectos de osso e objectos de barro, alguns ornamentados, e conclui por afirmar, que se trata de um cemitério de populações eneolíticas, utilizado mais tarde para abrigo de populações mais modernas, devendo situar-se a estação no final da fase I ou princípio

da fase II da cultura do vaso campaniforme na Península, ou seja de 2200 a 2000 anos A. C. A 2.ª parte é preenchida pelas «Notas sobre o espólio antropológico de Eira Pedrinha» do Prof. A. Mendes Correia. Do exame dos crânios, mandíbulas e ossos longos, concluiu o eminente Catedrático estar-se em presença dum tipo antropológico já distinto do *Homo afer tagnus*, mas ainda com alguns caracteres arcaicos ou inferiores, relativamente aos portugueses actuais e pertencente a uma raça *pré-mediterrânea*, o que vem confirmar a sua velha tese de que é no Neo-eneolítico do país e não no Epipaleolítico de Muge que deve ir buscar-se o substracto donde saiu a massa principal da população portuguesa de hoje. O volume traz ainda um exame anátomo-patológico dalgumas peças ósseas por A. Salvador Jor., tabelas dos resultados estatísticos e das mensurações individuais e grande número de estampas.

AMÉRICO PIRES DE LIMA — *'Intus et Extra'* — Dentro e fora da Universidade, Américo Pires de Lima é sempre o Professor culto e bem orientado que pronuncia os seus discursos e conferências em linguagem vernácula e elegante, cheia de subtil interesse e, vez por outra, de crítica docemente acerada. *'Intus et Extra'* abrange assuntos dos mais variados, presos, no entanto, por um fio permanente de sólida cultura, quer se trate de pessoas ou coisas, factos ou documentos. E assim é que, numa atraente ligação de Humanismo e Ciência, as páginas de Américo Pires de Lima sobre Biologia ou Sociologia, Medicina ou Botânica, problemas citadinos ou ultramarinos, grandes vultos mortos ou vivos, ou ainda sobre assuntos de Arte, Moral e Filosofia mantêm de princípio a fim um mesmo alto nível de distinção e ensinamentos. São deveras educativos estes volumes de assuntos diversos pelas variadas lições que ministram.

JOÃO DE BARROS — *'Hoje, Ontem, Amanhã...'* — Em meio século de actividade intelectual, João de Barros é hoje e quer ser amanhã o que foi ontem. O mesmo Escriitor probo e afectivo de sempre, o Poeta da exaltação da Vida e da glorificação da Pátria, o paladino indefesso da aproximação luso-brasileira, e, antes e acima de tudo, o súbdito leal e glorioso d'El-Rei Camões. Livro de admiração e de evocações, mal se entende dentro da actual febre de novidades e exotismos trepidantes em que se fazem esforços gigantescos para suprimir ou amesquinhar os génios tutelares da Raça, que moldaram em linhas eternas o nosso património espiritual e deviam ser reliquias invulneráveis. Mas João de Barros é de ontem, cultiva a amizade no mais alto grau e nessa atitude funda a condição e dignidade de Escriitor. Os seus perfis, flagrantes de inteligente realidade, revelam uma alma, que se formou no estudo prolongado dos homens e na veneração pelos Grandes doutros tempos. Daí a sua fé inabalável e persistente, a alegria da vitória dentro de si próprio. Nacionais e estrangeiros, imprudentes panegiristas do *fado* pretendem defender a nojenta cantilena com a *tristeza* do povo. São lapidares estas palavras de João de Barros: «O mais fiel retrato do povo português está na obra camonianiana. O povo português é como o seu poeta máximo, seu máximo intérprete também: — corajoso, resoluto, animoso, moralmente forte». Ontem foi assim, hoje ainda o é. O que será amanhã se não se depurar a funesta educação que professores apressados, críticos imprudentes, a rádio, o cinema e grande parte da Imprensa estão infiltrando na Mocidade?

LUÍS TEIXEIRA — *'Alvorada de Agosto'* — O jornalista que sente a vida nos seus aspectos mais dramáticos e profundos, que olha o Mundo pelo que ele tem de mais sério e eterno — escreve evidentemente para o dia em que tem de comunicar as suas impressões, mas aquilo que escreve nem é efémero, nem fútil, nem mera poalha retórica. E, por isso, a recolha em volume de tais páginas dispersas e às vezes esfarrapadas pela emoção do momento resulta sempre em precioso arquivo dos mais sinceros e duradouros documentos humanos. Luís Teixeira é jornalista dessa qualidade, distinguindo-se ainda pelo vigor dum estilo másculo e vibrante que dá à sua prosa o sabor das realidades mais impressivas. *'Alvorada de Agosto'*, sumptuoso e colorido painel duma encantada visão de Santa Maria da Vitória, é o simbólico introito do desfile de Heróis e Artistas, que depois se completa com outros horizontes doutras terras e doutros costumes. E tudo, afinal, a interminável

batalha ou pela grandeza e perenidade da Pátria ou pelas espinhosas lutas da Vida. A variedade de assuntos torna o livro de Luís Teixeira deveras atraente. A unidade de *altura* dá-lhe especial relevo no ramo literário a que poderemos chamar «Histórias da Vida real».

— Sobre Júlio César Machado, que viveu desde 1835 até 1890, escreveu Luís Teixeira um lúcido capítulo para a 'Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX'. A separata que temos presente, ilustrada com dois belos retratos do consagrado folhetinista, é retrato vivo do homem e do Escritor, que deu à sua existência um desenlace bem diverso do que talhou para os seus personagens. Mestre de delicado humorismo, de bondade rara e alegria trasbordante — não resistiu ao suicídio do filho e suicidou-se também. Que poderiam concluir os atilados psicanalistas da obra de Júlio Cesar Machado antes da loucura do rapaz que arrastou a dos pais? — Luís Teixeira faz biografia clara e transparente. Melhor se gravam assim as vidas que conta.

ÚLTIMOS NÚMEROS DE REVISTAS RECEBIDAS

- '*Boletim do Instituto Superior de Higiene Doutor Ricardo Jorge*' — N.º 225 — Ano V — 1950 — Lisboa.
- '*Revista do Centro de Estudos Demográficos*' — N.º 6 — Lisboa — 1949.
- '*Boletim da Sociedade de Geografia*' — N.º 3/4 — Março/Abril de 1950 — Lisboa.
- '*Boletim Geral das Colónias*' — N.º 305 — Ano XXVI — Novembro de 1950 — Lisboa.
- '*Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*' — N.º 1 — Vol. II — 1950 — Lisboa.
- '*Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*' — Nova Série — Vol. XXII — Março a Maio de 1950 — Lisboa.
- '*Boletim da Assistência Social*' — N.º 86/88 — Abril/Junho de 1950 — Ano 8.º — Lisboa.
- '*Boletim da Mocidade Portuguesa*' — N.º 7/8 — Julho/Agosto de 1950 — Lisboa.
- '*Arquivo de Anatomia e Antropologia*' — Vol. XXVI — 1948/49 — Lisboa.
- '*Boletim do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência*' — N.º 20 — Ano XVII — Outubro de 1950 — Lisboa.
- '*Portugal*' — Secretariado Nacional de Informação — Edição inglesa — N.º 144/145 — Julho/Agosto de 1950 — Edição francesa — N.º 173/174 — Julho/Agosto de 1950 — Lisboa.
- '*Revista Municipal*' — N.º 44 — 1.º trimestre de 1950 — Lisboa.
- '*Mensário das Casas do Povo*' — N.º 53 — Ano V — Novembro de 1950 — Lisboa.
- '*Brotéria*' — Fasc. 5 — Vol. II — Novembro de 1950 — Lisboa.
- '*Amatus Lusitano*' — N.º 9 — Vol. VII — Julho de 1950 — Lisboa.
- '*Olisipo*' — N.º 52 — Ano XIII — Outubro de 1950 — Lisboa.
- '*Lumen*' — Setembro/Outubro de 1950 — Lisboa.
- '*Natura*' — N.º 66 — Agosto de 1950 — Lisboa.
- '*Bélgica*' — N.º 17 — 1950 — Lisboa.
- '*Inventário de Lisboa*' — fasc. 7 — Câmara Municipal de Lisboa.
- '*Museu*' — N.º 13/14 — Julho/Dezembro de 1950 — Porto.
- '*Prometeu*' — N.º 3/4 — Vol. III — 1949/50 — Porto.
- '*Douro-Litoral*' — 3.ª Série — IX — 1950 — Porto.
- '*O Tripeiro*' — N.º 6 — Ano XI — Série V — Outubro de 1950 — Lisboa.
- '*Biblos*' — Vol. XXV — 1949 — Coimbra.
- '*Acção Católica*' — Vol. XXXV — N.º 9/10 — Setembro/Outubro de 1950 — Braga.
- '*Arquivos de Angola*' — N.º 23/26 — Vol. VI — 2.ª Série — Janeiro/Dezembro de 1949 — Luanda.
- '*Mensário Administrativo*' — N.º 28 — Dezembro de 1949 — Luanda.
- '*Revista de Ensino*' — N.º 1 — 1950 — Luanda.
- '*Moçambique*' — Documentário trimestral — N.º 61 — Março de 1950 — Lourenço Marques.

- 'Boletim Cultural da Guiné Portuguesa' — N.º 18 — Vol. V — Abril de 1950 — Bissau.
- 'Boletim Geográfico' — N.º 82 — Ano VII — Janeiro de 1950 — Rio de Janeiro.
- 'Revista Brasileira de Geografia' — N.º 3 — Julho/Setembro de 1950 — Rio de Janeiro.
- 'Revista do Trabalho' — Ano XVIII — Abril/Maio de 1950 — Rio de Janeiro.
- 'Revista de História' — N.º 3 — Ano I — Julho/Setembro de 1950 — São Paulo.
- 'Cronos' — N.º 6 — Ano II — Maio/Junho de 1950 — Rio de Janeiro.
- 'Bando' — N.º XVI — Ano II — Abril de 1950 — Natal.
- 'Tentativa' — N.º 10 — Ano 2 — Outubro de 1950 — Atibaia (São Paulo).
- 'Ginasta' — Setembro de 1950 — Rio de Janeiro.
- 'Razón y Fé' — N.º 617 — Junho de 1949 — Madrid.
- 'Archivo Hispalense' — N.º 42 — 2.ª Época — 1950 — Sevilha.
- 'Saitabí' — N.º 33/34 — Tomo VII — Julho/Dezembro de 1949 — Valência.
- 'Universitas' — N.º 10 — Ano 5 — Outubro de 1950 — Stuttgart.
- 'Studia Neophilologica' — N.º 2/3 — Vol. XXII — 1950 — Uppsala.
- 'Britain to-day' — N.º 175 — Novembro de 1950 — Londres.
- 'The Modern Language Review' — N.º 4 — Vol. XLIV — Outubro de 1949 — Londres.
- 'Vida Hispánica' — N.º 2 — Vol. 4 — Julho de 1950 — Londres.
- 'Sabena Revue' — Primavera e Verão de 1950 — Bruxelas.
- 'Quaderni Ibero-Americani' — N.º 9 — Julho de 1950 — Turim.
- 'Letterature Moderne' — N.º I — Junho de 1950 — Milão.
- 'Bulletin Hispanique' — N.º 3 — Tomo LI — 1949 — Bordeus.
- 'Soleil' — N.º 4 — Outubro de 1950 — Alger.
- 'Paru' — N.º 63 — Agosto/Setembro de 1950 — Paris.
- 'Universidad de San Carlos' — XVIII — Outubro/Dezembro de 1949 — Guatemala.
- 'Mercurio Peruano' — N.º 280 — Vol. XXXI — Ano XXV — Julho de 1950 — Lima.
- 'Revista de las Indias' — N.º 114 — Agosto de 1950 — Bogotá.
- 'Boletín del Instituto Caro y Cuervo' — N.º 1 — Ano VI — Janeiro a Abril de 1950 — Bogotá.
- 'Revista Javeriana' — N.º 169 — Outubro de 1950 — Tomo XXXIV — Bogotá.
- 'Revista Interamericana de Educación' — N.º 38/39 — Vol. IX — Julho/Agosto de 1950 — Bogotá.
- 'Juan Diego' — N.º 129 — Ano XI — Agosto de 1950 — Cuernavaca (Guadalupe).
- 'Cuadernos Dominicanos de Cultura' — N.º 78/79 — Fevereiro/Março de 1950 — Ciudad Trujillo.
- 'Boletín de Comunicaciones' — N.º 135 — Ano II — Setembro de 1950 — Ministério de Educação de la Nación — Buenos Aires.
- 'Boletín de la Secretaría de Educación de la Nación Argentina' — N.º 14 — Ano II — Fevereiro de 1949 — Buenos Aires.
- 'Manizales' — N.º 120 — Volume XII — Setembro de 1950 — Manizales.
- 'Latinoamérica' — Outubro de 1950 — México.
- 'Revista de História de América' — N.º 29 — Junho de 1950 — México.
- 'United Nations World' — Outubro de 1950 — New York.
- 'The University of Kansas City Review' — Outono de 1950 — New York.

Não se consentem grafias duplas ou facultativas. Cada palavra da Língua Portuguesa terá uma grafia única. Não se consideram grafias duplas as variantes fonéticas e morfológicas de uma mesma palavra. (Do Acordo ortográfico luso-brasileiro, de 10-VIII-1945).

NOTAS E COMENTÁRIOS

★ CRÓNICA — Há 40 anos publicámos o n.º 1 da 1.ª Série da 'Águia', a revista literária, que, dentro de pouco, se tornaria o centro de um forte movimento de renascença portuguesa. Tínhamos estado fora de Portugal quase ano e meio e nesse intervalo grandes transformações políticas e sociais se operaram no País. A Mocidade que nesse tempo não vivia hipnotizada pelo cinema e pelo futebol era irrequieta vibrante e cheia de ansiedades. Seduzida pela eloquência dos tribunos republicanos, conspirou e secundou a revolução. Depois, logo depois, desfeito o sonho, esmoreceu e sentiu a inanidade do esforço. O problema não era de regime. Era de Cultura, de educação cívica, de princípios mais altos do que todos os que lhe tinham apregoado. E o verdadeiro Povo português continuava encoberto e desolado à espera de encontrar novamente a sua Alma. Surgiu o pequeno grupo da 'Águia' com muita poesia e um novo sentido da Política. Cresceu, transformou-se em Sociedade cultural e educativa e durante uma dezena de anos representou um período novo dentro da Vida espiritual portuguesa. Têm querido caracterizar esse período por formas diversas alguns Escriitores e Críticos. Já morreram vários dos que mais brilho lhe deram. Outros distanciaram-se do movimento ou divorciaram-se dele. Mas ainda é possível analisar e julgar com o auxílio de documentos autênticos uma obra que foi de ontem. E a 'Águia', surgida à luz em 1 de Dezembro de 1910 e mantida até 1925, é, sem dúvida, precioso elemento de partida para a análise que se pretenda fazer.

★ MOCIDADE PORTUGUESA — Duas interessantes brochuras acabam de publicar-se em abono das actividades da magnífica Mocidade Portuguesa de hoje. Uma relata a segunda Marcha de Camaradagem promovida pela Delegação Provincial da Estremadura e realizada em Setembro passado, sob a direcção do Major Raul Pereira de Castro, à Andaluzia e nossas antigas Praças do Norte de África. Outra é a 3.ª Parte do '*Manual de Ginástica Infantil*', da autoria do especialista Capitão Alberto Marques Pereira, que, em esquemas da maior simplicidade, primorosos desenhos e elegante apresentação, coloca a aprendizagem da ginástica ao alcance dos menos instruídos.

★ UM GRANDE MÚSICO PORTUGUÊS — Há 300 anos morreu no Convento do Carmo Frei Manuel Cardoso, que deixou justificada fama de ser um dos maiores Músicos da Península. Em homenagem à memória do excelso compositor de música sacra, a *Polyphonia* de Mário Sampaio Ribeiro executou em 24 de Novembro, nas ruínas daquele Convento, uma belíssima execução de obras do genial carmelita. Eis uma oportuna lição àqueles que só divulgam nomes e obras de Compositores estrangeiros.

★ QUANDO O CINEMA ACERTA — É quando traz para a tela episódios vivos, como os que já celebrizaram a meninice triun-

fal do pequeno-grande regente de Orquestra Roberto Benzi. Realidade palpitante, envolvida em gracioso enredo romântico, não haverá decerto espírito sensível de criatura humana que não se sinta profundamente emocionado por ela e pela forma ora enternecedora ora vibrante e máscula como Benzi se transfigura e faz obedecer por distintos professores. Apesar disso, quando assistimos ao empolgante espectáculo, estava no teatro menos de um cento de pessoas...

★ EIS A EUROPA — Outro programa bem apresentado e com excelente documentário é este em que se resolveu dar a conhecer aos ouvintes da Emissora Nacional algumas das características mais sugestivas dos Países da Europa beneficiários das regalias do Plano Marshall. Passam-se alguns minutos de verdadeiro e útil contentamento, pois tanto os assuntos como os personagens brilham pela distinção da boa escolha. Só é pena que, ao anunciar-se a paternidade do programa, se atire aos ouvidos de muitos milhares de pessoas com esse abuso de linguagem que transforma iniciais em palavras sem nexos. A incorrecção *Eca* não devia estragar o bom gosto do programa.

★ PORTUGAL NO ESTRANGEIRO — Os Artistas portugueses precisaram sempre de ir pelo Mundo fora admirar Museus e outros ambientes para ilustrarem a sua Arte e serem depois mais apreciados em sua Pátria. Alípio Brandão seguiu o velho hábito e fez bem. Temos diante de nós recortes de vários jornais de Marselha e todos se mostram surpreendidos e encantados com suas formosas telas de assuntos portugueses e provençais e com as deliciosas figurinhas de tipos populares de Portugal esculpidas em madeira. Alípio Brandão, depois de larga viagem por vários países europeus, fará em Lisboa uma exposição dos trabalhos realizados na Provença, nossa velha irmã latina.

★ NOTA DO FIM — Os novos, como é justo, querem tomar seus postos na vida, reclamam, impõem-se. E os velhos, assim que bate o minuto do limite imposto pela Lei, afastam-se de seus trabalhos, recolhem-se a uma inacção, que na maior parte das vezes lhes pesa mais que a idade. Observe-se, porém, o que vai pelo Mundo. Olhe-mos para os lugares de maior perigo e responsabilidades. Quem vemos? Onde estão os novos, que ainda no Século XIX apareciam frequentemente a brilhar nas primeiras linhas e nos postos mais altos? Hoje, quase pode afirmar-se que todos os dirigentes da vida política e militar do Planeta estão acima dos 60 anos. É, sem dúvida, pelo mérito da experiência, pela dedicação à Causa pública e pelo amor às mais nobres tradições. Os novos preocupados com mil futilidades, andam, em sua maioria, à procura apenas do efémero e do voluptuoso. Consolam-se alguma coisa os velhos com o seu espinhoso prestígio, mas entristecem-se com as perspectivas do futuro. Quando começarão os novos a pensar a sério nos altos destinos da Pátria?

ÁLVARO PINTO

☞ FIM DO VOLUME XXXIX ☜

ÍNDICE DO VOLUME XXXIX

(N.ºs 147 a 152 — Julho a Dezembro de 1950)

Em Prol da Cultura — VII, VIII, IX, X, XI e XII — Pág. 5, 53, 97, 153, 213 e 257.

Roberto Ivens — No 1.º centenário do seu nascimento — Pág. 9.

Invocation — tradução do soneto *Invocatória*, de Leonor de Almeida — Pág. 19.

A Escola Aquitânica — Os Estudos e a Disciplina — Pág. 20.

Romança do Arcanjo — Versos — Pág. 27.

A propósito de «A Nobreza de Camões» — Carta de *Hernâni Cidade* — Pág. 60.

Écloga — Versos — Pág. 61.

Ecos da 1.ª Grande Guerra Europeia (Do «Diário dum Prisioneiro») — Pág. 65.

Medalha holandesa dedicada ao Doutor Oliveira Salazar e desconhecida em Portugal — Pág. 101.

Soneto Inglês — Pág. 104.

Poesia e Verdade em Guerra Junqueiro — Pág. 105.

Pensamentos à Margem duma Filosofia — Pág. 112/B.

A verdadeira grandeza do Poeta Guerra Junqueiro — I e II — Pág. 115 e 157.

Momento e Nivelamento — Poesias — Pág. 185 e 186.

Soneto — Do livro a publicar «Ecce-Homo» — Pág. 221.

Portugal vai comemorar o 1.º centenário do nascimento de Silva Porto — Pág. 222.

O «Colóquio» de Washington — Pág. 253.

Problemas de hoje — No alvor da segunda metade do século XX — Pág. 261.

A voz de Roma — Pág. 265.

SOB A INVOCACÃO DE CLIO

Moniz Barreto e o Exército — Pág. 29.

O Poeta e a Grande Guerra — Pág. 78.

Uma esquina da História literária — Pág. 129.

Vinho, literatura e história — Pág. 131.

Da paisagem portuguesa — Pág. 187.

Memórias e memorialistas — Pág. 223.

Anotações às «Cartas» de Eça — Pág. 224.

Os Portugueses e a Epistolografia — Pág. 269.

NOTAS DE ARTE

O romantismo de Alfredo Keil — Pág. 32.

Falsificadores impunes — Pág. 34.

Uma exposição de arte francesa — Pág. 34.

O escultor Barata Feio — Pág. 36.

Arte Portuguesa no estrangeiro — Pág. 37.

Diogo da Gama — Pág. 83.

Uma recordação — Pág. 85.

Um desafio ao tempo — Pág. 85.

Reabilitação da Escultura — Pág. 134.

Aceitação do inexplicável — Pág. 137.

Arte portuguesa no estrangeiro — Pág. 191.

Aproveitamentos de brados — Pág. 193.

Apenas um queixume — Pág. 228.

Uma história a fazer-se — Pág. 230.

No primeiro centenário do nascimento de Silva Porto (1850-1950) — Pág. 273.

NOS DOMÍNIOS DA ETNOGRAFIA E DO FOLCLORE

Relações entre folcloristas brasileiros e portugueses — Pág. 195.

Outra carta, sem alcunha nenhuma — Pág. 197.

Saudações: Mensagem? talvez! projectos — Pág. 198.

CONSULTÓRIO LINGUÍSTICO

Respostas a consultas — Pág. 38, 200, 232 e 278.

PELA SEARA ALHEIA

Guerra Junqueiro (Da «*Ilustração Transmontana*») — Pág. 146.

ILUSTRAÇÕES

Roberto Ivens — Busto por *Leopoldo de Almeida* — Pág. 24/A.

Camões e a Visão da Epopeia — por *Acácio Lino* — Pág. 24/B.

Na Ilha dos Amores — por *Acácio Lino* — Pág. 76/A.

Andaluzes — Desenhos por *Diogo da Gama* — Pág. 76/B.

Medalha holandesa dedicada ao Dr. Oliveira Salazar — Pág. 101.

Guerra Junqueiro — por *António Carneiro* — Pág. 112/A.

Fac-símile de alguns tercetos da «*Pátria*», original de Junqueiro — Pág. 128/A.

Outra página de autógrafo original da «*Pátria*», de Junqueiro — Pág. 128/B.

Busto de Guerra Junqueiro — por *Teixeira Lopes* — Pág. 184/A.

Fac-símiles de originais de Junqueiro — Pág. 184/B.

Camões salvando «Os Lusíadas» — por *Francisco Resende* — Pág. 200/A.

Cavalos em manada — por *Dordão Gomes* — Pág. 200/B.

João do Rio (Paulo Barreto) — Pág. 252/A.

- Busto de João do Rio — por *Alvaro de Bré* — Pág. 252/B.
 Dois aspectos da inauguração do Monumento a João do Rio em 3 de Maio de 1950 — Supl.
 Dizeres do Monumento a João do Rio — Supl.
 Condução do Rebanho — por *Silva Porto* — Pág. 260/A.
 A tigela partida — por *Silva Porto* — Pág. 260/B.
 Seara — por *Silva Porto* — Pág. 276/A.
 D. António Caetano de Sousa — de Autor desconhecido — Pág. 276/B.
 Medalha comemorativa do 1.º Centenário do Nascimento de *Silva Porto* — por *João da Silva* — Pág. 277.

BIBLIOGRAFIA

- ‘Desafronta à Memória de Eça de Queirós’ — por *António de Eça de Queirós* — Pág. 42.
 ‘Eça de Queirós e o Século XX’ — por *Joaquim Paço d’Arcos* — Pág. 43.
 ‘Ocidente’ — Pág. 45.
 ‘Notas Vicentinas’ — pela *D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos* — Pág. 46.
 ‘El-Rei Sebastião’ — por *José Régio* — Pág. 89.
 ‘Jinga, Rainha de Matamba’ — por *J. M. Cerqueira d’Azevedo* — Pág. 93.
 ‘Além da Noite’ — por *António Quadros* — Pág. 141.
 ‘Luz do Fim’ — de *Leonor de Almeida* — Pág. 144.
 ‘O Hissone’ — de *António Dinis da Cruz e Silva* com prefácio e anotações do *Prof. José Pereira Tavares* — Pág. 145.
 ‘Livro de Bordo’ — por *António de Sousa* — Pág. 206.
 ‘Ilha’ — de *João de Brito Câmara* — Pág. 208.
 ‘A Virgem de Fátima’ — de *Santos Cravina* — Pág. 209.
 ‘Antero de Quental e a Mulher’ — por *Rui Galvão de Carvalho* — Pág. 209.
 ‘Os Sermões de Gil Vicente e a Arte de pregar’ — de *Joaquim de Carvalho* — Pág. 209.
 ‘Canto Agreste’ — de *Maria do Carvalhal* — Pág. 238.
 ‘Cabo da Boa Esperança’ — por *Sebastião da Gama* — Pág. 239.
 ‘Mahamba’ — de *A. Neves e Sousa* — Pág. 240.
 ‘Introducing Chaucer’ — por *Norman G. Brett-James* — Pág. 282.
 ‘The Canticle of the Rose’ — por *Edith Sitwell* — Pág. 284.
 ‘Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente’ — Índia — 3.º e 4.º volumes — por *António da Silva Rego* — Pág. 286.

- ‘História económico-financeira da Índia Portuguesa’ — por *J. B. Amâncio Grá-cias* — Pág. 286.
 ‘Timor na História de Portugal’ — Vol. II — por *Luna de Oliveira* — Pág. 286.
 ‘Macau e a Assistência’ — por *José Caetano Soares* — Pág. 286.
 ‘O Distrito de Moçâmedes nas fases da origem e da primeira organização’ — por *Manuel Júlio de Mendonça Torres* — Pág. 287.
 ‘Arquidiocese de Lourenço Marques’ — Pág. 287.
 ‘O trabalho indígena’ — por *J. M. da Silva Cunha* — Pág. 287.
 ‘A jazida pré-histórica da Eira Pedrinha’ — por *A. Mendes Correia e Carlos Teixeira* — Pág. 287.
 ‘Intus et Extra’ — por *Américo Pires de Lima* — Pág. 288.
 ‘Hoje, Ontem, Amanhã...’ — por *João de Barros* — Pág. 288.
 ‘Alvorada de Agosto’ e ‘Júlio César Machado’ — por *Luís Teixeira* — Pág. 288.
 Livros recebidos — Pág. 47, 93 e 241.
 Revistas recebidas — Pág. 289.

NOTAS E COMENTÁRIOS

- Crónica — Pág. 48, 94, 150, 200, 244 e 291.
 Colonização da África — Pág. 48.
 Livros americanos — Pág. 49.
 A justiça continua serena — Pág. 49.
 Preciosidades bibliográficas — Pág. 50.
 Paço Ducal de Vila Viçosa — Pág. 50.
 Novas Revistas brasileiras — Pág. 50.
 Alfredo Keil — Pág. 51.
 Um só e o mesmo em toda a parte — Pág. 51.
 ‘Boletim da Cruz Vermelha’ — Pág. 51.
 O prestígio de Portugal no Mundo — Pág. 52.
 Joaquim Antunes — Pág. 52.
 Em boa Paz — Pág. 95.
 A crise do livro — Pág. 95, 211, 245.
 Selo de educação — Pág. 95.
 Que horríveis declamadores! — Pág. 96.
 Superpopulação e Maltusianismo — Pág. 96.
 Os lobos — Pág. 151.
 A volta em bicicleta — Pág. 151.
 Malefícios da Guerra — Pág. 151.
 Concertos populares — Pág. 151.
 Artes gráficas — Pág. 152.
 Forte de S. Julião — Pág. 152.
 Polícia rural — Pág. 210.
 Graças dum editor... japoneses — Pág. 211.
 Contra o livro — Pág. 211.
 A praga daninha — Pág. 211.
 Pequenas economias — Pág. 212.
 ‘Acto’ — Pág. 246.
 Pergunta sem resposta — Pág. 246.
 Navegação para o norte do Brasil — Pág. 246.

OCIDENTE — ÍNDICE DO VOLUME XXXIX

- Quando o cinema acerta — Pág. 247 e 291.
 O sonho do Metropolitano — Pág. 247.
 'Obras completas de Gil Vicente' — Pág. 247.
 'Enciclopédia Portuguesa e Brasileira' — Pág. 247.
 'Anais Portugueses de Psiquiatria' — Pág. 248.
 'Revista de História' — Pág. 248.
 'Tentativa' — Pág. 248.
 'Letterature Moderna' — Pág. 248.
 'Os Lusíadas' em inglês — Pág. 249.
 Os resultados do «Colloquium» — Pág. 249.
 Os malefícios do Fado — Pág. 249.
 Mocidade Portuguesa — Pág. 291.
 Um grande Músico português — Pág. 291.
 Portugal no estrangeiro — Pág. 292.
 Eis a Europa — Pág. 292.
 Nota do Fim — Pág. 52, 96, 152, 212, 249 e 292.

SUPLEMENTOS

- 'Antero Vivo' — de *Rui Galvão de Carvalho* — Pág. 89/192.
 'O Património da Sereníssima Casa de Bragança em Olivença' — por *Ventura Ledesma Abrantes* — Pág. 25/128.
 'Homenagem a João do Rio' — Discursos de *Luís Teixeira, João de Barros* e um trecho do homenageado — Pág. 1/16.
 'Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três Vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos' — com uma Introdução e Notas pelo Director do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *José da Cunha Saraiva* — Pág. 1/16.

ÍNDICE DOS AUTORES

- A. Mendes Correia — Pág. 253.
 Acácio Lino — Pág. 24/B e 76/A.
 Alfredo de Carvalho — Pág. 20.
 Alvaro de Brée — Pág. 252/B.
 Alvaro Pinto — Pág. 48, 94, 150, 210, 244 e 291.
 Américo Cortês Pinto — Pág. 61.
 Américo Durão — Pág. 221.
 António Carneiro — Pág. 112/A.
 Augusto Moreno — Pág. 38, 200, 232 e 278.
 C. M. — Pág. 145.
 Campos de Figueiredo — Pág. 104.
 D. João de Castro — Pág. 265.
 D. M. — Pág. 46.
 Diogo da Gama — Pág. 76/B.
 Diogo de Macedo — Pág. 32, 83, 134, 191 e 228.
 Duarte de Montalegre — Pág. 249.
 Dordio Gomes — Pág. 200/B.
 Ernst Gamillscheg — Pág. 45.
 Ezequiel de Campos — Pág. 261.
 Francisco Resende — Pág. 200/A.
 Guerra Junqueiro — Pág. 112/B, 114, 128/A, 128/B, 149 e 184/B.
 Hernâni Cidade — Pág. 60.
 João de Barros — Supl. — Pág. 7/10.
 João de Castro Osório — Pág. 41, 88, 115, 140, 157, 204, 236 e 281.
 João H. Anglin — Pág. 9.
 João do Rio — Supl. — Pág. 11/16.
 João da Silva — Pág. 277.
 Joaquim Lopes — Pág. 273.
 José da Cunha Saraiva — Supl. — Pág. 1/16.
 José Marinho — Pág. 105.
 Leonoldo de Almeida — Pág. 24/A.
 Luís Chaves — Pág. 195.
 Luís Teixeira — Supl. — Pág. 3/6.
 Manuel Laranjeira — Pág. 146.
 Maria da Graça Azambuja — Pág. 185 e 186.
 P.^e António Mourinho — Pág. 65.
 Pedro Batalha Reis — Pág. 101.
 Robert E. Luckey — Pág. 19.
 Rodrigues Cavalheiro — Pág. 29, 78, 129, 187, 223 e 269.
 Rui Galvão de Carvalho — Supl. — Pág. 89/192.
 Silva Porto — Pág. 260/A, 260/B e 276/A.
 Teixeira Lopes — Pág. 184/A.
 Ventura Ledesma Abrantes — Supl. — Pág. 25/128.

CAPAS PARA «OCIDENTE»

REVISTA MENSAL FUNDADA EM 1938

DIRECTOR — ALVARO PINTO

NÃO DEIXE DE ENCADERNAR OS 39 VOLUMES PUBLICADOS COM AS LINDAS CAPAS ESPECIAIS, QUE ENVIAMOS CONTRA REEMBOLSO

Percalina e lombada de pele com dizeres a ouro fino, cada uma 35\$00
Todas de linho azul, lombada dourada, cada uma 25\$00



*Reprodução fac-similada da verdadeira 1.ª edição
de 1572, com Notas de Cláudio Basto — 1 vo-
lume — 40\$00; encadernado — 55\$00*



LEONARDO DE CASTRO
BIBLIOTECA DE CAMÕES



*As pratas
portuguesas*

*são tão antigas e valiosas como
os velhos palácios reais. ∞*

VISITE AS OURIVESARIAS



**BENZO
DIACOL**
XAROPE

TOSSE ?

BENZO-DIACOL

DRÁGEAS GOTAS XAROPE

The illustration shows a woman with voluminous, curly hair, looking towards the viewer with a slight smile. She is pointing her right index finger towards a bottle of Benzo-Diacol syrup. The bottle is dark with a light-colored label that reads 'BENZO DIACOL XAROPE'. The entire scene is enclosed in a rounded rectangular border.